



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão Genérica 5ª - SUPEL-COGEN5

**INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90467/2024/SUPEL/RO**

**PARA LOTE ÚNICO**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO** sem a reserva de cota no total de até **25%** às empresas **ME/EPP**

**RESUMO DOS DADOS**

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> 09/07/2025, às 10h00 (horário de Brasília) sítio: <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: 04/07/2025.
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------

<b>OBJETO</b>	
Aquisição de seis licenças perpétuas do software de análise de dados I2 Analyst's Notebook e treinamento online para seis servidores, com no mínimo 30 horas, com oferecimento de suporte gratuito por doze meses.	
<b>FUNDAMENTO:</b>  Lei federal nº 14.133, de 01 de Abril de 2021. Decreto estadual nº 28.874, 25 de Janeiro de 2024, dentre outros.	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO : 0030.003806/2024-88</b>	
UASG: 925373 <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO :</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .	
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	
ORÇAMENTO ANUAL	R\$ 510.192,76 (quinhentos e dez mil, cento e noventa e dois reais e setenta e seis centavos)
<b>VISTORIA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>

Não		Contrato	
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ( ITEM 15)</b>			
<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 17.2 e subitens do Termo de Referência.</u> <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <u>item 17.4 e subitens do Termo de Referência.</u> <b>3. Regularidade Fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <u>item 17.3 e subitens do Termo de Referência.</u> <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 15.6 e subitens do Termo de Referência.</u>		<b>Requisitos Específicos:</b>	
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA ME/EPP?</b>	<b>COTA</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
não	não		não
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>		<b>AQUISIÇÃO/CONTRATAÇÃO</b>
Menor Preço Global	Aberto		Aquisição
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>			<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
Telefone: 69.3212-9243			<a href="mailto:cogen5@supel.ro.gov.br">cogen5@supel.ro.gov.br</a>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>			
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.  2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. (ex.: <b>90001/2024</b> )			

## SUMÁRIO

1. DO PREÂMBULO;
2. DO OBJETO;
3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8. A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
10. DO RECURSO;
11. DA HOMOLOGAÇÃO;
12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
16. DOS ANEXOS;

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÃO S**, por meio da **Portaria nº 70/2025/GAB/SUPEL**, publicada no DOE na data 22 de Maio de 2024, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, **sob o nº 90467/2024/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a [Lei Federal nº. 14.133, de 2021](#) e [Decreto Estadual nº 28.874/2024](#), a [Lei Complementar nº 123/06](#) e Decreto Estadual nº 21.675/2017, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) **Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN/RO**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de seis licenças perpétuas do software de análise de dados I2 Analyst's Notebook e treinamento online para seis servidores, com no mínimo 30 horas, com oferecimento de suporte gratuito por doze meses**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 3.2 a 3.4 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 11 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.5 Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 23, 24 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas no item 25 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 29 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 10 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas no item 13 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 18.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no item 18.1 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.12 Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 30 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

### **3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:**

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: [cogen5@supel.ro.gov.br](mailto:cogen5@supel.ro.gov.br);

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente

credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

#### **4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto do art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.6.5. Agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme [§§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 14.1 do Anexo I - Termo de Referência.**

**4.6.7 Da subcontratação:** Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

## **5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#);

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta

máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

## **6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, com os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 3.2 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:**

***a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$***



**1.000.000,00 (um milhão de reais);**

**b) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).**

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa Aberto, conforme item 20.7 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

**7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:**

**a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;**

**b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;**

**c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;**

**d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.**

7.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

7.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 7.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

**a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site Sorteador.com.br! (ou outro compatível);**

**b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;**

**c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;**

**d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.**

**e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>**

**f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;**

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o (a) Pregoeiro (a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

## **8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

**8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.**

**8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.**

**8.3.1.1. O prazo previsto no subitem 8.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**

**8.3.1.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 8.3.1.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**

**8.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.**

8.3.2. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, em caso de descumprimento das exigências.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do [artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 20 do Anexo I - termo de Referência.

**8.8. As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.**

8.8.1. A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, para que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.8.1., serão



enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.8.4. O procedimento mencionado no item 8.8.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de habilitação.

8.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante do documento da proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no para fins de homologação.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.**

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.5. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.6. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.7 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**9.8. O Pregoeiro, após da aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.**

**9.8.1. O prazo previsto no subitem 9.8 poderá ser prorrogado por igual período, desde que o licitante faça o pedido no sistema antes do prazo final**

**9.8.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.8.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública e/ou quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.**

**9.8.3. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov a documentação exigida e atualizada, nos termos do Edital, sob pena de inabilitação.**

**9.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

***9.9.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e***

***9.9.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;***

9.10. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.11. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.11.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.2. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11.1 poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.3. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

## **9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

## **9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

#### **9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 17.4 do Termo de Referência.

#### **9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 17.6 do Termo de Referência.

9.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

#### **9.17. DAS DECLARAÇÕES:**

9.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações, **exclusivamente em meio eletrônico, pela plataforma Compras.gov**, não sendo necessária a juntada das mesmas com os demais documentos de habilitação/proposta:

a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação

b) Declaração, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.

d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

e) Declaração caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021. **(Esta declaração é obrigatória e deverá ser enviada/apresentada, juntamente com os documentos de habilitação, uma vez que não consta como campo específico na plataforma Compras.gov.br).**

#### **g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência**

9.18. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

### **10. DO RECURSO**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#) após a fase de JULGAMENTO e HABILITAÇÃO, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

### **11. DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de

terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções** previstas no item 19 e subitens do Termo de Referência.

13.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

### 14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN/RO**, conforme estabelecido no item 12 do Termo de Referência.

### 15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas eletrônicos: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e no no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou

entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.10.1. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> e <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.13. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## 16. DOS ANEXOS

18.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência e Modelo de Minuta de Contrato (0056548296);

**ANEXO II** - SAMS (0050490213);

**ANEXO III** - Quadro Estimativo de Preços (0061019005);

**ANEXO IV** - Estudo Técnico Preliminar (0058925207);

Porto Velho-RO, 23 de junho de 2025.

**Ivanir Barreira de Jesus**

Pregoeiro da 5ª Comissão Genérica - COGEN5  
Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL / RO



Documento assinado eletronicamente por **Ivanir Barreira de Jesus, Pregoeiro(a)**, em 23/06/2025, às 11:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0061437053** e o código CRC **6D63BD8F**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0030.003806/2024-88

SEI nº 0061437053





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN  
**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. DA IDENTIFICAÇÃO**

- 1.1. Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia – SEFIN/RO.  
1.2. Unidades Requisitantes: Núcleo de Inteligência Fiscal – SEFIN/NIF.  
1.3. Departamento de Compras: Núcleo de Compras e Execução Contratual – SEFIN/NCEC.

**2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL**

- 2.1. Este documento foi elaborado a partir da análise da viabilidade técnica e econômica de estratégias de aquisição, contendo os elementos necessários, suficientes e com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da aquisição de forma clara e suficiente, possibilitando a avaliação de custos e a definição dos métodos e prazo de execução.  
2.2. A contratação tem como base legal a Lei de Licitações e Contratos Administrativos n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e o Decreto Estadual n.º 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.  
2.3. O sistema a ser contratado está alinhado também com as competências do Núcleo de Inteligência Fiscal, definidas no Decreto n.º 25.424, de 24 de setembro de 2020.

**3. DO OBJETO E OBJETIVO**

**3.1. Do Objeto e objetivo**

- 3.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de seis licenças perpétuas do software de análise de dados i2 Analyst's Notebook e treinamento online para seis servidores, com no mínimo 30 horas, com oferecimento de suporte gratuito por doze meses.  
3.1.2. O objetivo é oferecer aos servidores uma solução computacional que permita o processamento de uma elevada quantidade de registros, transformando-os em informações úteis para a elaboração de relatórios e análises fiscais.

**3.2. Da Descrição do Objeto**

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	Licenças perpétuas do software de análise de dados i2 Analyst's Notebook	Unidade	06
02	Treinamento online para 6 (seis) servidores, com no mínimo de 30 horas.	Unidade	01

**3.3. Das Quantidades do Objeto**

- 3.4. A quantidade requisitada encontra respaldo no Estudo Técnico Preliminar 4 SEFIN-CRE (ID [0058925207](#)), elaborado pela Coordenadoria da Receita Estadual – SEFIN/CRE. Conforme exposto no referido estudo, a aquisição de 6 (seis) licenças com treinamento mostra-se necessária para o alcance dos objetivos propostos, considerando a quantidade de servidores atualmente lotados no Núcleo de Inteligência Fiscal.

**4. DOS REQUISITOS NECESSÁRIOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. O Analyst's Notebook é voltado essencialmente à descoberta de padrões ocultos em processos complexos envolvendo lavagem de ativos, notadamente transferências de valores entre pessoas físicas e/ou jurídicas de interesse, as quais muitas vezes empregam interpostas pessoas com o intuito de afastarem os recursos de sua origem ilícita. Nesse contexto, não se revela viável o emprego de métodos convencionais de simples pesquisas textuais ou por parâmetros lógicos para se desenhar uma intrincada rede de relacionamentos de modo a permitir que os líderes de organizações criminosas sejam identificados, seus patrimônios revelados e suas operações individualizadas e quantificadas por período e/ou valor.  
4.2. Tal solução deverá garantir trabalhos de análise que requeiram elevada capacidade de processamento e exame de vínculos.  
4.3. A ferramenta de análise de vínculos deverá ser consolidada e amplamente utilizada pelas forças policiais, órgãos de controle e de inteligência.  
4.4. Deverá ser oferecida manutenção e suporte técnico pelo prazo de 12 (doze) meses, com atualização, a contar do efetivo recebimento do produto.  
4.5. O serviço de suporte técnico deverá ser disponibilizado via telefone ou e-mail, pelo período contratado.  
4.6. O software deverá possuir a capacidade de ser desinstalado e instalado novamente na mesma máquina ou em outra máquina, de acordo com a necessidade do gestor do proprietário do produto.  
4.7. Auxiliar nos processos de análise e investigação, demonstrando os resultados dos relacionamentos de forma visual, utilizando certa inteligência artificial na filtragem dos resultados.  
4.8. Cruzar informações provenientes de diversas fontes, entre elas do Microsoft Excel, informações de interceptação telefônica, bases de dados externas, outros.  
4.9. Identificar os fatores relevantes de um evento, avaliando as suas causas, respectivos efeitos e compreendendo os relacionamentos entre eles.  
4.10. Permitir às equipes de auditoria obter uma visão e compreensão imediata de casos e situações complexas ou com grandes volumes de informação.  
4.11. Demonstrar os relacionamentos entre os agentes identificados de forma visual, através de diagramas.  
4.12. Assim, a aquisição resultará não apenas na fidedignidade do resultado a ser obtido, mas sobretudo irá proporcionar agregação de valor às análises realizados no âmbito do NIF/CRE.  
4.13. Não é objeto desta contratação o desenvolvimento de software, mas simplesmente a disponibilização de novas versões atualizadas da aplicação, portanto, não é necessário projeto de implementação.  
4.14. Serão admitidas a seguinte forma de entrega do software: Download pela internet, preferencialmente pelo site do fabricante do software.  
4.15. A prova de titularidade, contendo prazo de vigência de manutenção, a ser emitida pela IBM deverá estar associada ao número do Site vinculado às 6 (seis) licenças perpétuas adquiridas pela SEFIN.  
4.16. No que couber, o serviço de instalação e/ou suporte técnico deverá ser prestado por profissionais especializados, devidamente capacitados.  
4.17. Somente serão aceitas licenças na versão mais atualizada e em idioma Português do Brasil (Pt-BR); caso o software requerido não possua ainda versão em Português (Pt-BR), serão aceitas versões em Inglês.

- 4.18. Não será aceita a entrega do software em mídia física, bem como a sua documentação, as quais deverão ser disponibilizadas por link administrado pelo fabricante da ferramenta.
- 4.19. A ferramenta terá licença de uso perpétuo, porém, a depender da necessidade, deverá ser atualizada conforme demanda do Núcleo de Inteligência Fiscal.
- 4.20. A ferramenta deverá ter suporte e atualização por 12 (doze) meses, juntamente com o treinamento dos servidores que a utilizarão, a contar do seu efetivo recebimento.
- 4.21. Vale lembrar que em uma eficaz aquisição, consiste em compra e entrega do produto ou serviço, no caso específico da plataforma, se não houver a rotação da Licença após instalação/configuração, não havendo impedimentos por parte da contratante na questão de pagamentos, equipamento e internet a empresa fornecedora ficará responsável pela configuração e ajustes até a rotação eficiente nos computadores.

## 5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 5.1. Com base nos requisitos descritos neste documento, verificou-se que a melhor solução em tecnologia seria a aquisição de licenças perpétua da solução IBM Analyst's Notebook, com atualização, suporte e manutenção
- 5.2. As principais características da ferramenta solicitada neste Termo de Referência está a Análise de Vínculos (AV), que visa estabelecer conexões entre registros com o propósito de desenvolver modelos baseados em padrões de relações. É mais aplicada nas investigações de comportamento humano, especialmente na área de investigação, quando determinadas "pistas" são ligadas entre si para solucionar crimes (HARRISON apud GONÇALVES, 1999, p. 22).
- 5.3. A ferramenta solicitada tem características bastante específicas, onde sua principal característica está baseada na técnica da Análise de Vínculos, que possibilita ao analista a visualização de diferentes elementos funcionais e estruturais da investigação correspondente. De maneira sintética, a técnica engloba a captura, armazenamento e diagramação de informações pertinentes aos chamados "alvos monitorados", emprestando um valor agregado ao trabalho investigativo que está fora do alcance prático da cognição humana normal. Ela permite a visualização gráfica de relações entre pessoas, objetos, empresas, dados fiscais, bancários e registros/dados de qualquer ação que revele padrões de ação e de comportamento, o que de outra forma permaneceria oculto em meio a um grande volume de dados e/ou informações desconectadas (Jr Ferro Celso e Dantas, George Felipe, 2007).
- 5.4. O i2 Analyst's Notebook, em suma, ajuda as organizações a:
- 5.5. Reunir rapidamente dados de origens diferentes num único quadro de informações coeso;
- 5.6. Identificar pessoas, eventos, relações e padrões essenciais que, de outra forma, poderia não ser possível identificar;
- 5.7. Aumentar a compreensão da estrutura, hierarquia e método de operação de redes criminosas, terroristas e fraudulentas;
- 5.8. Simplificar a comunicação de dados complexos de forma a permitir uma tomada de decisões operacionais oportuna e precisa;
- 5.9. Tirar partido da rápida implementação que proporciona aumentos de produtividade rapidamente utilizando uma solução de análise visual bem estabelecida;
- 5.10. Assim, a aquisição resultará não apenas na fidedignidade do resultado a ser obtido, mas sobretudo irá proporcionar agregação de valor às análises realizados no âmbito do NIF/CRE;
- 5.11. A instalação deverá ser realizada com o suporte da empresa por meio de download de arquivo ou outro meio digital, e instalada nos terminais a serem definidos pelo Núcleo de Inteligência Fiscal.
- 5.12. A entrega deverá ser realizada para o Núcleo de Inteligência Fiscal, localizado no Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte - CIAC (Rua Tiradentes, 3361, Bairro Industrial, Porto Velho/RO), até 30 dias após a assinatura do contrato no horário entre às 7h30 e 11h30.

## 6. DO CATÁLOGO DE MATERIAIS E SERVIÇOS – CATMAT E CATSER

- 6.1. A Aquisição de aplicação de inteligência - Software i2 Analyst's Notebook não constam de modo específico no Catálogo de Materiais e Serviços – CATMAT e CATSER do Portal De Compras do Governo Federal, conforme o Anexo [0050415571](#).
- 6.2. No entanto, pode ser aplicada de modo genérico, conforme o Anexo [0051018073](#).

## 7. DA JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

### 7.1. Do Interesse Público na Despesa

- 7.1.1. O Núcleo de Inteligência Fiscal, conforme definido pelo Decreto 25.424/2020, tem como uma de suas principais responsabilidades o combate à fraude fiscal estruturada, com especial atenção à sonegação de ICMS.
- 7.1.2. Nos últimos três anos, o Núcleo tem realizado diversas operações em conjunto com o Ministério Público e a Polícia Civil. Um exemplo significativo é a Operação Lungo, lançada em setembro de 2023, que investigou um grupo responsável pela sonegação de ICMS nas operações com café em grão, um produto de grande importância para a economia de Rondônia.
- 7.1.3. O processo de investigação e análise, desde o início até a conclusão de uma operação de combate à fraude, exige extrema meticulosidade dos analistas envolvidos, além de uma organização eficiente das atividades e das informações sobre empresas e indivíduos investigados.
- 7.1.4. Reconhecendo que o ambiente em que atuamos é complexo e está em constante evolução, é essencial adotarmos ferramentas especializadas que aprimorem nossa capacidade de análise e investigação. Nesse sentido, o software i2 Analyst's Notebook destaca-se como uma solução indispensável.
- 7.1.5. Este software é altamente reconhecido por sua eficiência em manejar grandes volumes de dados e por suas avançadas capacidades de visualização, que facilitam a identificação de padrões e conexões muitas vezes imperceptíveis. Além disso, a sua integração com diversas fontes de dados, aliada aos recursos de análise preditiva e modelagem de cenários, torna o i2 Analyst's Notebook uma ferramenta crucial para nossos esforços de combate à fraude fiscal.
- 7.1.6. Portanto, a contratação do software i2 Analyst's Notebook é justificada não apenas por suas capacidades técnicas, mas também por sua importância estratégica no fortalecimento de nossas operações. Esta ferramenta certamente contribuirá para uma abordagem mais eficaz e proativa nas nossas atividades de inteligência fiscal.

## 8. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- 8.1. O Estudo Técnico Preliminar constitui peça indispensável para a licitação, conforme disposto no Decreto n.º 28.874/2024:

Art. 32. O estudo técnico preliminar - ETP é o documento que evidencia o problema a ser resolvido para satisfação do interesse público, bem como a melhor solução dentre as possíveis, servindo de base à elaboração do termo de referência ou projeto básico e dos demais documentos técnicos pertinentes, caso se conclua pela viabilidade da contratação, a ser realizado pelo órgão ou entidade requisitante.

- 8.2. Nesses termos e levando-se em consideração que o estudo técnico preliminar é o documento que descreve as análises realizadas em relação às condições da aquisição em termos de necessidades, requisitos, alternativas, escolhas, resultados pretendidos e demais características, e que demonstra a viabilidade técnica e econômica da aquisição, segue o Estudo Técnico Preliminar 4 SEFIN-CRE (ID [0058925207](#)) elaborado pela Coordenadoria da Receita Estadual - SEFIN/CRE.

## 9. DO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO E AO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

- 9.1. O Plano de Contratações Anual (PCA) da Secretaria de Estado de Finanças — SEFIN contempla, como parte de seu planejamento, a referida aquisição, a qual foi aprovada sem ressalvas pelo Conselho Administrativo do FUNDAT, conforme deliberado na 32ª Reunião do referido Conselho, nos termos do Despacho ID [0047864620](#).

9.2. A contratação de licenças perpétuas da ferramenta IBM i2 Analyst's Notebook, incluindo os serviços de atualização, manutenção, suporte técnico e treinamento, tem como objetivo principal assegurar maior agilidade e confiabilidade na captura e análise de dados relacionados aos alvos investigados.

9.3. O referido software é amplamente reconhecido por sua capacidade de processar grandes volumes de dados com eficiência, bem como por seus recursos avançados de visualização, que permitem a identificação de padrões e conexões complexas, muitas vezes imperceptíveis por métodos convencionais. Ademais, destaca-se por sua aptidão para integração com múltiplas fontes de dados, além de funcionalidades voltadas à análise preditiva e à modelagem de cenários, o que o torna uma ferramenta essencial para as ações de combate à fraude fiscal desenvolvidas por esta Pasta.

9.4. Dessa forma, a aquisição está plenamente alinhada ao planejamento estratégico constante no PCA desta Secretaria de Estado de Finanças.

## 10. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

### 10.1. Do Local de Entrega

10.1.1. A entrega deverá ser realizada para o Núcleo de Inteligência Fiscal, localizado no Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte - CIAC (Rua Tiradentes, 3361, Bairro Industrial, Porto Velho/RO), até 30 dias após a assinatura do contrato no horário entre às 7h30 e 11h30.

### 10.2. Do Prazo

10.2.1. O prazo para recebimento da Nota de Empenho é de até cinco dias úteis.

10.2.2. O prazo de entrega dos itens objeto deste Termo de Referência será de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração.

### 10.3. Das Condições de Recebimento

10.3.1. Com base no art. 140 da Lei n.º 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido provisoriamente e definitivamente:

#### 10.4. Recebimento Provisório

10.4.1. No ato da entrega, para posterior verificação de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência;

10.4.2. (art. 140, II, "a", da Lei n.º 14.133/21), que consiste na mera contagem física das embalagens para posterior verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação, será firmado pelo servidor responsável pela CGPMI, em prazo não superior a 3 (três) dias.

10.4.3. O recebimento provisório será comprovado pelo carimbo de certificação apostado no verso da nota fiscal, devidamente chancelado e identificado.

10.4.4. O recebimento provisório NÃO liquida a despesa e NÃO se presta para autorizar o pagamento dos materiais/bens.

10.4.5. Pelo fiscal técnico do contrato ou outro servidor devidamente designado, para efeito de posterior verificação da conformidade do objeto com a especificação, mediante Termo de Recebimento Provisório, no prazo de até 15 (quinze) dias consecutivos da comunicação escrita da disponibilização do objeto pela CONTRATADA, conforme art. 140, II, "a", da Lei n.º 14.133/21.

#### 10.5. Recebimento Definitivo

10.5.1. (art. 140, II, "b", da Lei n.º 14.133/21), que consiste na verificação da qualidade, quantidade dos materiais/bens e de sua aceitação, será firmado por uma comissão de servidores, composta de no mínimo 3 (três) membros, que expedirá termo de recebimento definitivo, em prazo não superior a 20 (vinte) dias corridos.

10.5.2. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

10.5.3. Todos os produtos fornecidos devem ser novos e de primeiro uso.

10.5.4. Não serão aceitos bens que não atendam fielmente às especificações técnicas, exceto com configurações superiores e devidamente aprovadas pela área técnica responsável.

10.5.5. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado, corrigido ou substituído no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da notificação à CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. Nesse caso, será suspenso o prazo de recebimento definitivo, até que a situação seja sanada.

10.5.6. Se a CONTRATADA realizar a substituição, adequação e/ou reparos necessários dentro do prazo estipulado, adequando o objeto aos termos pactuados, será recebido provisoriamente e, após constatar a conformidade em face dos termos pactuados, em definitivo, no prazo de até 20 (vinte) dias, pelos agentes acima mencionados.

10.5.7. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto deste Termo de Referência ou que, mesmo depois de concedido prazo para reparações, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral do contrato, com base no que dispõe o art. 104 c/c art. 115 e 155, da Lei nº. 14.133/21, bem como a aplicação de penalidades, conforme o disposto no art. 156 da referida Lei, com abertura de processo administrativo em que se garantirá o contraditório e a ampla defesa.

10.5.8. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil do CONTRATADO em face da eventual existência de vícios redibitórios.

## 11. DO PRAZO DE GARANTIA

11.1. O Prazo de garantia de 12 (doze) meses.

11.2. O fornecedor prestará, durante o prazo de garantia, assistência técnica no local de entrega do equipamento ou, quando tecnicamente inviável, o equipamento deverá ser retirado e devolvido no local de entrega do equipamento para manutenção.

11.3. A garantia inclui a recuperação ou a substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

11.4. Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados pelo fabricante ou por empresa(s) reconhecida(s) e autorizada(s) pelo fabricante, com reposição do equipamento em até 60 (sessenta) dias após o acionamento da empresa.

11.5. Durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a Administração Pública comunicará o fato, por escrito, ao fornecedor, acordando o prazo para correção dos defeitos.

11.6. Caso esses defeitos resultem em importação de peça/parte do(s) equipamento(s), isso deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, a contar da comunicação dessa necessidade à Administração Pública.

## 12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos orçamentários a serem utilizados estão consignados junto aos abaixo citados:

12.1.1. **Fonte de Recurso:** 1759008004 - Recursos Vinculados a Fundo.

12.1.2. **Programa de Trabalho:** 140012.04.122.2139.2488 - Assegurar Contratações Estratégicas.

12.1.3. **Elemento de Despesa:** 44.90.40.05 - Aquisição de Software Pronto; 33.90.40.14 Treinamentos de TI.

## 13. DO PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa. Acompanhada da Nota Fiscal, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as

Certidões abaixo elencadas, válidas:

- a) Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014);
- b) Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- c) Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- d) Certificado de Regularidade do FGTS;
- e) Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011);

13.2. As Notas Fiscais/Faturas deverão conter no seu a descrição e quantidades do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

13.3. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária - FUNDAT, CNPJ nº 23.929.840/0001-39 - Endereço Av. Farquar, 2986 - bairro: Pedrinhas – Complexo Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos - 5º andar - Porto Velho/RO, CEP: 76801-478.

13.4. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a SEFIN.

13.5. A SEFIN/RO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA, nos termos deste Termo de Referência.

13.6. A Contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

13.7. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100) \times \frac{EM}{365}$$
$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;  
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;  
EM = Encargos moratórios;  
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;  
VP = Valor da parcela em atraso.

13.8. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, submetido para apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

13.9. A CONTRATADA não poderá se valer de eventual contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

13.10. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada.

13.11. Considerar-se-á como data de pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

13.12. Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

#### 14. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

14.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizem tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para Administração Pública.

#### 15. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS

##### 15.1. SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

15.1.1. Haja vista que o objeto a ser executado não apresenta questões de alta complexidade técnica e, portanto, não necessita o seu parcelamento, assim como o Poder Público, na condição de Contratante, é dotado de prerrogativa para a admissão, ou não, de consórcios em licitações por ela promovidas, conforme entendimento do Acórdão nº. 1.316/2010 do TCU, fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio.

##### 15.2. SOB A FORMA DE COOPERATIVA

15.2.1. De acordo com o o artigo 16 da Lei nº 14.133/21, os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação, caso se enquadre nas observações presente na lei sendo:

- a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;
- b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;
- c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;
- d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

15.2.2. Portanto, não vislumbra-se a participação de cooperativa no presente processo, tendo em vista o seu objeto.

#### 16. DA PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS

16.1. A aquisição de uma licença perpétua do IBM I2 Analytic's Notebook envolve uma série de considerações que vão além da simples capacidade financeira. A ferramenta em questão é um software sofisticado, projetado para análise de dados complexos e tomada de decisões estratégicas em ambientes corporativos. Devido complexidade de sua natureza, algumas justificativas para a exclusão da participação de pessoas físicas serão apresentadas:

##### 16.1.1. Capacidade Técnica e Suporte:

a) Complexidade da Ferramenta: O IBM I2 Analytic's Notebook exige um alto nível de conhecimento técnico para instalação, configuração, utilização e manutenção. Pessoas físicas, por não possuírem a mesma estrutura e recursos de empresas, podem não ter a expertise necessária para garantir a implementação e o uso adequado da ferramenta;

b) Suporte Técnico: Empresas como a IBM oferecem suporte técnico especializado para seus produtos, incluindo treinamentos e resolução de problemas. Esses serviços são geralmente contratados de forma corporativa, o que dificulta o acesso individual por pessoas físicas.

16.1.2. **Responsabilidade Fiscal e Contábil:**

a) Custos de Implementação: A aquisição de uma licença perpétua, além do custo inicial, pode envolver gastos adicionais com hardware, software complementar, treinamento e consultoria. Pessoas físicas podem enfrentar dificuldades em arcar com esses custos e garantir a sustentabilidade do investimento a longo prazo;

b) Obrigações Fiscais: A aquisição de um software como o IBM I2 Analytic's Notebook pode ter implicações fiscais complexas, como a necessidade de emissão de notas fiscais eletrônicas e a contabilização dos custos. Empresas possuem departamentos especializados para lidar com essas questões, enquanto pessoas físicas podem não ter o conhecimento necessário.

16.1.3. **Garantia de Continuidade e Segurança:**

a) Manutenção e Atualizações: Softwares como o IBM I2 Analytic's Notebook exigem atualizações periódicas para corrigir bugs, adicionar novas funcionalidades e garantir a compatibilidade com outros sistemas. Empresas possuem processos e recursos para gerenciar essas atividades de forma contínua, enquanto pessoas físicas podem enfrentar dificuldades em manter o software atualizado.

b) Segurança da Informação: A utilização de ferramentas de análise de dados envolve o tratamento de informações confidenciais. Empresas possuem políticas e medidas de segurança robustas para proteger esses dados, enquanto pessoas físicas podem não ter os mesmos mecanismos de proteção;

c) Escopo de Utilização: O IBM I2 Analytic's Notebook é uma ferramenta projetada para atender às necessidades de grandes empresas, que possuem grandes volumes de dados e exigem análises complexas. O escopo de utilização da ferramenta por uma pessoa física pode ser limitado, não justificando o investimento.

16.2. Considerando a complexidade técnica do software IBM I2 Analytic's Notebook, a necessidade de suporte técnico especializado, os custos envolvidos na aquisição e manutenção, as implicações fiscais e contábeis, a garantia de continuidade e segurança da informação, bem como a natureza corporativa da ferramenta, a presente licitação restringe a participação a pessoas jurídicas. Essa decisão visa garantir a adequada utilização do software e a obtenção dos melhores resultados para a administração pública.

16.3. Dado o alto valor da contratação, salvo o melhor juízo, o tipo de comercialização, poderá ser realizada por pessoa jurídica.

17. **DA HABILITAÇÃO**

17.1. De acordo com o art. 62 da lei 14.133/21, a habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em:

- I - jurídica;
- II - técnica;
- III - fiscal, social e trabalhista;
- IV - econômico-financeira.

17.2. **Habilitação Jurídica**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomeendedor.gov.br/>;

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

17.2.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

17.3. **Regularidade fiscal, social e trabalhista**

a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

17.4. **Qualificação econômico-financeira:**

17.5. A Qualificação Econômico-Financeira será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) **Certidão Negativa** de feitos sobre **falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos **últimos 90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.

a.1) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art. 58 da Lei 11.101/2005.

a.2) Caso a empresa não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de **10% (dez por cento) do valor estimado do item/ lote que o licitante estiver participando**.

b.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referências;

b.2) Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

b.4) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

17.5.1. As regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

#### 17.6. Qualificação Técnica:

17.6.1. Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

§ 1º A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.

§ 2º Observado o disposto no caput e no § 1º deste artigo, será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o referido parágrafo, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

17.6.2. Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica, compatível em características e quantidades, comprovando o fornecimento de produtos condizentes com objeto desta licitação de, **no mínimo, 10% (dez por cento)** do quantitativo previsto neste instrumento, permitida a soma de contratos, concomitantes ou não, para atingir a quantidade exigida, conforme itens discriminados abaixo:

17.6.3. Entende-se por pertinente e compatível em características o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemplem o objeto principal desta contratação.

17.6.4. Na ocorrência do percentual requerido para o quantitativo apresentar fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior;

17.6.5. O(s) atestado(s) deverá(ão) indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone. etc.), além da descrição do objeto e quantidades;

#### 17.7. Do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

17.7.1. Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - II** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.

#### 17.8. Declaração de Inexistência e Fato Superveniente Impeditivo da Habilitação.

17.8.1. Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - III** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.

#### 17.9. Declaração de que o Licitante tomou conhecimento do objeto deste Termo de Referência.

17.9.1. Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - IV** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.

### 18. DAS OBRIGAÇÕES

#### 18.1. Da Contratante

18.1.1. Constituem obrigações da Secretaria de Estado de Finanças, ora Contratante:

18.1.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

18.1.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

18.1.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

18.1.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

18.1.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

18.1.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.1.1.7. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação.

#### 18.2. Da Contratada

18.2.1. São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei nº 14.133/21:

18.2.1.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.2.1.2. Oferecer suporte gratuito por doze meses;

18.2.1.2.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, número de série, procedência e prazo de garantia ou validade.



- 18.2.1.2.2. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e/ou inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 18.2.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
- 18.2.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.
- 18.2.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.
- 18.2.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 18.2.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 18.2.1.8. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.
- 18.2.1.9. Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante.
- 18.2.1.10. Não são permitidos equipamentos que estejam em fase de protótipo ou reprodução, nem equipamentos confeccionados especificamente para esta licitação.
- 18.2.1.11. Considerar como de sua responsabilidade todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos até o endereço de entrega.
- 18.2.1.12. Responsabilizar-se pelo fornecimento, assistência técnica e substituição dos equipamentos constantes neste Termo de Referência.
- 18.2.1.13. Assumir todos os ônus decorrentes da execução da garantia e assistência técnica e responsabilizar-se pela perfeita execução de todas as obrigações delas decorrentes.
- 18.2.1.14. Responder pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.
- 18.2.1.15. Colocar à disposição da Administração todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos equipamentos fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações deste Termo de Referência.
- 18.2.1.16. Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos e contribuições sociais federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste certame.
- 18.2.1.17. Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo à Administração, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto.
- 18.2.1.18. Informar imediatamente à Administração as alterações de dados do fornecedor, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação da Administração com o fornecedor.
- 18.2.2. **Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.**
- 18.2.2.1. Comprovada mediante apresentação da declaração constante no **ANEXO - III** deste Termo devidamente preenchida e assinada pelo representante da empresa licitante.
- 18.2.3. Apresentar a Declaração de ME/EPP.
- 18.2.4. Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
- 18.2.5. Apresentar a Declaração de Menor.
- 18.2.6. Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 18.2.7. Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 18.2.8. Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 18.2.9. Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.
19. **DAS SANÇÕES**
- 19.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 115 da Lei nº 14.133/21, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 19.2. Se a adjudicatária recusar-se a dar ciência na Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
- 19.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato (Art. 162).
- 19.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores Estadual, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).
- 19.5. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - II - pagamento da multa;
  - III - transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.
- 19.6. Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do **caput** do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.
- 19.7. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.
- 19.8. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

19.9. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei n.º 14.133/21 as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.10. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.11. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

19.12. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, sem comunicação prévia à Contratante, a entrega do objeto, por cada solicitação (NE);	05	3,2% ao dia sobr
02	Cobrança por objeto não entregues;	02	0,4% ao dia sobr
03	Cobrança de valores em desacordo com o contrato;	02	0,4% ao dia sobr
04	Deixar de comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;	05	3,2% ao dia sobr
05	Cobrança por serviços não prestados e tarifas diferentes da contratada;	04	1,6% ao dia sobr
06	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência;	05	3,2% ao dia sobr
07	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,4% ao dia sobr
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03	0,8% ao dia sobr
09	Deixar de indicar e/ou manter durante a execução do Contrato o Preposto previsto no Termo de Referência/Contrato;	01	0,2% ao dia sobr
10	Deixar de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;	01	3,2% ao dia sobr
11	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.	03	0,8% ao dia sobr
12	Deixar de efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;	05	3,2% ao dia sobr
13	Deixar de substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;	05	3,2% ao dia sobr
14	Deixar de responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).	04	1,6% ao dia sobr

(\*) Sobre o Valor Proporcional à Obrigação Inadimplida.

19.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

19.15. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

19.16. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.17. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.18. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

19.19. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

19.20. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

## 20. DO JUÍZO DE ARBITRAGEM

20.1. A Administração utilizar-se-á da aplicação de juízo arbitral para dirimir conflitos relativos a direitos patrimoniais disponíveis, conforme disposto na Lei Estadual 4.007 e Lei n. 9.307, de 1996, alterada pela Lei Federal n. 13.129, de 2015. Tal medida visa o cumprimento ao Art. 11, do referido diploma legal.

## 21. DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E ANÁLISE DE RISCO

21.1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

21.2. Desse modo, ao realizar a análise de risco foi diagnosticado alguns pontos forte, sendo eles:

21.2.1. A não contratação ou seu insucesso poderá ocasionar redução da arrecadação do Estado, dificultando o objetivo principal desta Secretaria, uma vez que a contratação visa proporcionar mais efetividade na elaboração de vínculos referente a investigações de fraudes fiscais estruturadas, resultando, consequentemente, em mais precisão e controle dos casos.

21.2.2. O risco de contratação de Empresa com pessoal sem especialização é iminente, sendo necessário que o presente processo seja minuciosamente instruído para que a empresa contratada não deixe de apresentar licenças e qualificações para a execução da licença.

<b>RISCO 01:</b>	<b>Licitação Deserta ou Fracassada</b>
<b>Probabilidade:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<b>( ) Baixa ( ) Média (X) Alta</b>
<b>Dano:</b>	Impossibilidade contínua na boa execução dos serviços realizados no Núcleo de inteligência. Aumento de fraude no Estado, dificultando o objetivo principal desta Secretaria, que é a arrecadação de tributos
<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Alinhar com a área responsável para a elaboração de especificações técnicas viáveis e passíveis de contratação.	Núcleo Demandante e núcleo centralizadores
<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Reestruturar um novo processo para repetição do certame, verificando e agilizando os ajustes necessários, para que o mesmo seja realizado o mais breve possível e sem fracasso ou deserção do Certame.	Núcleo Demandante

<b>RISCO 02:</b>	<b>Ausência de recursos orçamentários ou financeiro</b>
<b>Probabilidade:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<b>( ) Baixa ( ) Média (X) Alta</b>
<b>Dano:</b>	Impossibilidade da continuidade na boa execução dos serviços realizados no Núcleo de inteligência. Aumento de fraude no Estado, dificultando o objetivo principal desta Secretaria, que é a arrecadação de tributos
<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Alinhar estrategicamente as área responsável prévia consulta ao valor disponível para a aquisição da Licença perpétua	Núcleo Demandante e núcleo centralizadores
<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Alinhar com o setor responsável para alinhamento para próxima aprovação e liberação do recurso o mais rápido possível, já que o recurso disponibilizado será de fonte do FUNDAT	Núcleo Demandante

<b>RISCO 03:</b>	<b>Empresa entregar somente Licença perpétua, sem treinamento</b>
<b>Probabilidade:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Dano:</b>	A Contratação ainda será eficaz, contudo o uso da ferramenta ficará comprometida no curto prazo.
<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável(is)</b> Núcleo de Compras
Enfatizar no <b>TR e Edital</b> e contrato que a aquisição <b>DEVERÁ</b> ser entregue os dois itens, (aquisição da Licença perpétua e treinamento), <b>NÃO</b> podemos ser aceito <b>PARCELAMENTO</b> da contratação, haja vista que um item depende do outro para a rodagem da Licença.	Núcleo de Compras e Execução Contratual
<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Acionar a empresa o mais rápido possível, não havendo entrega, agir de forma dentro das cláusulas contratuais no que tange as sanções ou multas, como segundo plano busca de cursos gratuitos online em outras plataformas com parceiros da SEFIN-RO, que já utilizam a ferramenta.	Núcleo de Compras e Execução Contratual

<b>RISCO 04:</b>	<b>A Licença perpétua não Rodar nos computadores</b>
<b>Probabilidade:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<b>( ) Baixa ( ) Média (X) Alta</b>
<b>Dano:</b>	Com a falta de acesso a plataforma não será possível avançar nas investigações contra fraudes dificultando o avanço e aumentando as ações ilícitas que a SEFIN tanto combate.
<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável(is)</b> Núcleo de Compras
Comparar configurações dos computadores e propostas para saber se os fornecedores informam alguma especificação para a rodagem Licença perpétua.	Núcleo Demandante
<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Caso após a análise da <b>ação preventiva</b> e mesmo assim a Licença perpétua não rodar, entrar em contato com a empresa fornecedora para ajustes, configurações e resoluções, no ultimo caso, compra de novos equipamentos com as especificações necessárias.	Núcleo Demandante

22.1. O critério de julgamento das propostas será o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações.

22.2. A empresa interessada deverá apresentar a proposta detalhada, contendo o valor individual de cada item/serviço. Nas propostas apresentadas pelas proponentes deverão constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluído todos os custos diretos e indiretos: taxas, encargos, e todas as demais as despesas referentes aos fornecimentos descritos neste termo de referência.

22.3. O valor da proposta deverá contemplar todos os custos e despesas, tais como: serviços, itens que farão parte da execução do serviço, conforme descrição no documento de cotação, custos diretos e indiretos, inclusive e resultantes da incidência de quaisquer impostos, tributos, contribuições ou obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias a que estiver sujeito.

22.4. Nos moldes da Súmula 08 do Tribunal de Contas do Estado, o critério adotado justifica-se em razão das características dos itens que devem ser fornecidos por uma mesma Empresa, afim de garantir a qualidade e padronização dos serviços solicitados, sendo mais conveniente do ponto de vista da eficiência técnica, visto que o gerenciamento permanecerá centralizado. Trazendo economicidade e vantajosidade no procedimento administrativo.

22.5. A proposta deverá conter prazo de validade de no mínimo 90 (noventa) dias.

22.6. Será julgada vencedora a proposta que, atender a todos os requisitos técnicos previstos neste termo de referência.

22.7. O modo de disputa será **ABERTO**, consoante ao Art. 56 da Lei 14.133/2021:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - **aberto**, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

## 23. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

23.1. A formalização da contratação se dará por meio de Contrato Administrativo, conforme art. 117 da Lei 14.133/21.

23.2. No instrumento contratual, ficará estabelecido as cláusulas, condições e responsabilidades entre as partes acerca da execução do objeto, definindo como sucederá o fornecimento do objeto, estabelecendo as conformidades pelo presente instrumento, com a proposta da empresa, sob o crivo da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

23.3. A recusa injustificada do contratado em receber o documento de contratação, ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas na Lei n.º 14.133/2021.

23.4. Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo.

23.5. A Administração convocará regularmente a contratada para assinar o termo de contrato ou dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, dentro do **prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e/ou edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei;

## 24. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

24.1. A vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

24.2. Durante a vigência contratual os preços serão fixos e irrevogáveis, havendo prorrogação contratual, será permitido reajuste de preços da proposta pela Contratada, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, cabendo análise e posterior aprovação da SEFIN.

## 25. DO REAJUSTE DO CONTRATO

25.1. Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, observado as disposições do Decreto n.º 28.874/2024.

25.2. O reajuste contratual observará as disposições constantes no Decreto Estadual n.º 28.874/2024, a saber:

Art. 152. Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, além da documentação específica relativa ao requerimento elencada nos artigos seguintes, deverão ser instruídos com:

I - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

II - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

III - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

IV - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

[...]

Art. 155. O pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

## 26. DA REPACTUAÇÃO

26.1. Conforme previsão nos art. 157 ao 162 o Decreto Estadual n.º 28.874/24.

26.2. Para repactuação de preços, deverá ser observado o interregno mínimo de um (01) ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

26.3. O interregno mínimo de um (01) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I - da data limite, constante do ato convocatório, para apresentação da proposta ou do orçamento a que estas se referirem, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

26.3.1. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, devendo seguir os termos estabelecidos no Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

26.4. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

26.5. O prazo para resposta ao pedido de repactuação, será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.

## 27. DA RESCISÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

27.1. O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

27.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

27.3. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

**28. DAS JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

28.1. As licenças devem ser agrupadas em chave única, não sendo possível o parcelamento do objeto, pois a prova de titularidade deverá ser emitida pela IBM para o número do Site IBM que identifica a Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia como titular de licenças perpétuas.

28.2. Ainda, o presente objeto não poderá ser parcelado, uma vez que todos os produtos e serviços a serem prestados são componentes de uma única solução de TI, a qual não pode ser desmembrada sem que haja perda de produtividade e economia de escala, já que a especificidade do objeto demanda um tratamento que inviabiliza a realização de etapas por diferentes licitantes, por serem interdependentes para o adequado funcionamento.

**29. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO**

29.1. A Secretaria de Estado de Finanças, conforme os termos do art. Art. 117, § 1º a 4º, da Lei n.º 14.133/21, designará 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

29.2. O fiscal se responsabilizará entre outras atribuições:

29.3. Conferência e avaliação dos materiais, conforme previsto no item 3 do Termo de Referência.

29.4. Pelo recebimento das Notas Fiscais/Faturas, como também, realizar a devida conferência, para verificar se está em conformidade com as especificações do Termo de Referência.

29.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

29.6. Os materiais não aceitos pela FISCALIZAÇÃO deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das respectivas especificações contida neste instrumento e outras documentações.

29.7. Caso a Contratada, quando acionada pela fiscalização, não cumprir suas determinações serão aplicadas as sanções previstas no Contrato e na legislação vigente.

29.8. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

**30. DOS RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS**

30.1. Não se vislumbram quaisquer impactos ambientais e, por consequência, a contratação não demanda medidas de tratamento.

30.2. Por ser tratar de licenças perpétua i2 Analyst's, a contratação não gera impactos ambientais vislumbrando, conforme o Estudo Técnico Preliminar 4 (ID [0058925207](#)).

**31. DA ESTIMATIVA DA DESPESA**

31.1. A pesquisa de mercado destinada à obtenção da estimativa de preços será conduzida pela Superintendência Estadual de Licitações — SUPEL/RO, em conformidade com a competência atribuída pelo Decreto Estadual nº 10.538, de 11 de junho de 2003.

31.2. O valor estimado para a contratação é de **R\$ 468.156,70 (quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais e setenta centavos)**, conforme consta no Quadro Comparativo de Preços (ID [0053771434](#)) e no Relatório de Pesquisa de Preços (ID [0053771589](#)), ambos elaborados pela Coordenadoria de Pesquisa e Análise de Preços — SUPEL-CPEAP.

**32. DAS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO**

32.1. Não há contrato vigente para esse objeto, sendo essa a primeira contratação desta natureza. Não se vislumbra a necessidade de adoção de providências prévias.

32.2. Não foi identificada a necessidade de contratação, substituição ou atualização de estrutura física e tecnológica para o funcionamento da ferramenta.

**33. DA PARTICIPAÇÃO DE PEQUENAS EMPRESAS - COTA ME/EPP**

33.1. Neste certame não serão concedidos os benefícios de até 25% (vinte e cinco por cento) por item, para pequenas empresas, conforme Artigo 48º da Lei Complementar n.º 123/2006, visto que poderá ocasionar em prejuízos para a Administração o parcelamento do item.

**34. DO FORO**

34.1. As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, 'd', da Constituição Federal.

**35. DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

35.1. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira, devendo permitir que a entidade competente do Governo de Rondônia inspecione suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos ao contrato. Para isso, a Contratada deverá:

35.1.1. Manter todos os documentos e registros referentes ao Contrato por um período de três (3) anos após a conclusão dos fornecimentos contemplados no respectivo contrato.

35.1.2. Entregar todo documento necessário para a investigação de alegações de fraude ou corrupção e colocar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do Contrato à disposição para responder a indagações provenientes do pessoal ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado para a revisão ou auditoria dos documentos. Caso a Contratada não cumpra a exigência ou de qualquer maneira crie obstáculos para a revisão do assunto por parte do Órgão Competente, a contratante, inteiramente a sua discrição, poderá tomar medidas apropriadas contra ela.

35.1.3. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um funcionário da Contratada, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas, a Administração poderá declarar a contratada e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas inelegíveis, temporária ou permanentemente, para participar de futuras licitações ou contratos.

**36. DOS CASOS OMISSOS**

36.1. Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência e seus anexos, os chamados casos omissos, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, e, paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

36.2. Para mais informações Av. Farquar, n.º 2986, Bairro: Pedrinhas, Palácio Rio Madeira/CPA, Edifício Rio Pacaás Novos - 5º Andar, CEP: 76.801-478, Porto Velho-RO, horário de funcionamento 7h:30 às 13h:30. Telefone (69) 3211-6100.

**37. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

37.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, bem como os princípios de que trata o art. 5º da Lei n.º 14.133/2021, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

**38. DAS PUBLICAÇÕES**

38.1. Incumbirá à CONTRATANTE, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

- 38.2. É de responsabilidade da Contratante a publicação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas.
39. **DOS ANEXOS**
- 39.1. ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO.
- 39.2. ANEXO II - DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.
- 39.3. ANEXO III - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA E FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO.
- 39.4. ANEXO IV - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR 4 (ID [0058925207](#)).

Porto Velho, data e hora do sistema.

Elaboração:

**EDUARDO SALVATIERRA DA SILVA OLIVEIRA**

Assessor V | Núcleo de Compras  
SEFIN-RO

Revisão:

**LIDIANE ALEXANDRA GRANO**

ATRE | Chefe do Núcleo de Compras  
SEFIN-RO

Submeto ao conhecimento/revisão da Gerência de Administração e Finanças - GAF/SEFIN:

**ERNANI MARQUES DE ALMEIDA**

AFTE | Gerente de Administração e Finanças  
SEFIN-RO

À aprovação e autorização do Ordenador de Despesas desta Pasta:

**FRANCO MAEGAKI ONO**

AFTE | Secretário-Adjunto de Finanças do Estado de Rondônia  
SEFIN-RO

**ANEXO I**

**MINUTA DO CONTRATO**

Termo de Contrato n.º XXX/202X/PGE-PA

CONTRATANTE: O ESTADO DE RONDÔNIA, por intermédio da (ÓRGÃO CONTRATANTE), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º (00.000.000/0000-00), com sede na Rua Farquar, n.º 2986, Complexo Rio Madeira, Bairro Pedrinhas, nesta cidade de Porto Velho-RO, representada pelo (CARGO DO REPRESENTANTE), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE DO ÓRGÃO), portador(a) do CPF/MF n.º (000.000.000-00).

CONTRATADA: (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF sob n.º (00.000.000/0000-00), com endereço na Rua (ENDEREÇO EMPRESARIAL), aqui representada por seu (CARGO), o Sr. ou Sr(a) (REPRESENTANTE EMPRESARIAL), portador(a) do CPF/MF n.º (000.000.000-00), de acordo com a representação legal que lhe é outorgada.

Os Contratantes celebram, por força do presente instrumento, CONTRATO para aquisição de seis licenças perpétuas do software de análise de dados I2 Analyst's Notebook e treinamento online para seis servidores, com no mínimo 30 horas, com oferecimento de suporte gratuito por doze meses, conforme especificações técnicas, condições e quantitativos constantes neste Termo de Referência, o qual se regerá pelas disposições da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas pertinentes, licitado através da PREGÃO ELETRÔNICO N.º \_\_\_\_\_, vinculando-se aos termos do Processo Administrativo n.º 0030.003806/2024-88, e à proposta da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Aquisição de seis licenças perpétuas do software de análise de dados I2 Analyst's Notebook e treinamento online para seis servidores, com no mínimo 30 horas, com oferecimento de suporte gratuito por doze meses, incluindo atualização de versões e suporte técnico remoto.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO DETALHAMENTO DO OBJETO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O software deverá permitir a análise de grandes volumes de dados, oferecendo ferramentas de visualização de vínculos e padrões ocultos em transações financeiras.



**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O treinamento deverá abranger a totalidade das funcionalidades do sistema, garantindo a capacitação dos servidores designados.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O fornecimento do objeto será realizado de forma remota, mediante disponibilização para download e ativação das licenças adquiridas, com suporte técnico remoto pelo período de 12 (doze) meses, incluindo a resolução de dúvidas e suporte para reinstalação em caso de necessidade.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA, EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DEFINITIVO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A entrega das licenças e do treinamento deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O recebimento provisório será realizado no prazo de até 15 (quinze) dias após a entrega, para verificação da conformidade do software e acesso ao treinamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O recebimento definitivo ocorrerá em até 20 (vinte) dias após o recebimento provisório, condicionado à comprovação do funcionamento pleno das licenças e da participação dos servidores no treinamento.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A entrega deverá realizada para o Núcleo de Inteligência Fiscal, localizado no Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte - CIAC (Rua Tiradentes, 3361, Bairro Industrial, Porto Velho/RO).

#### CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta dos seguintes créditos orçamentários:

PROGRAMA DE TRABALHO	FONTES DE RECURSO	NATUREZA DE DESPESA
140012.04.122.2139.2488 - Assegurar Contratações Estratégicas.	1759008004 - Recursos Vinculados a Fundo.	44.90.40.05 - Aquisição de Software Pronto; 33.90.40.14 - Treinamentos de TI.

#### CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da apresentação formal da respectiva documentação, respeitada a ordem cronológica das exigibilidades, depois da liquidação da despesa. Acompanhada da Nota Fiscal, a empresa CONTRATADA deverá apresentar as Certidões abaixo elencadas, válidas:

- Certidão Regularidade perante a Fazenda Federal (conforme PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014);
- Certidão Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certidão de Regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão de Regularidade perante a Justiça do Trabalho - CNDT (Lei Federal n.º 12.440/2011, de 07/07/2011);

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As Notas Fiscais/Faturas deverão conter no seu a descrição e quantidades do objeto, o número do empenho e o número da Conta Bancária da CONTRATADA, para depósito do pagamento.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento da Administração Tributária - FUNDAT, CNPJ nº 23.929.840/0001-39 - Endereço Av. Farquar, 2986 - bairro: Pedrinhas – Complexo Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos - 5º andar - Porto Velho/RO, CEP: 76801-478.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à empresa e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a SEFIN.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A SEFIN/RO poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A Contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I=(TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos deverão ser instruídos com as justificativas e motivos, submetido para apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

**PARÁGRAFO NONO:** A CONTRATADA não poderá se valer de eventual contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função dos materiais, em quaisquer operações de desconto bancário, sem prévia autorização do Ordenador de Despesas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Considerar-se-á como data de pagamento a data da emissão da respectiva ordem bancária.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Em hipótese alguma será concedido reajustamento dos preços propostos e o valor constante da Nota Fiscal, quando da sua apresentação, não sofrerá qualquer atualização monetária até o efetivo pagamento.

#### CLAUSULA SÉTIMA – DO VALOR DO CONTRATO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor do contrato é de R\$ (...)(...), conforme a oferta final de preço proposto pela CONTRATADA (...), correspondendo à aquisição contida na Cláusula Primeira e homologado por meio do Aviso nº (...)(ID...).

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O prazo de garantia do objeto é de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Durante esse período, a Contratada deverá fornecer suporte técnico e manutenção corretiva, sem qualquer custo adicional, conforme inciso XIII do art. 92 da Lei n. 14.133/2021.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A garantia inclui a recuperação ou a substituição de qualquer componente ou equipamento que apresente divergências nas suas características, ou qualquer erro de projeto e defeitos de fabricação, sem qualquer ônus para a Administração Pública.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os serviços de manutenção efetuados durante o período de garantia deverão ser executados pelo fabricante ou por empresa(s) reconhecida(s) e autorizada(s) pelo fabricante, com reposição do equipamento em até 60 (sessenta) dias após o acionamento da empresa.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Durante o período de garantia, seja constatado qualquer defeito ou divergência nas características do(s) equipamento(s), a Administração Pública comunicará o fato, por escrito, ao fornecedor, acordando o prazo para correção dos defeitos.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Caso esses defeitos resultem em importação de peça/parte do(s) equipamento(s), isso deverá ocorrer em até 60 (sessenta) dias, a contar da comunicação dessa necessidade à Administração Pública.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Constituem obrigações da Secretaria de Estado de Finanças, ora Contratante:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** São obrigações da contratada, além daquelas exigidas em Lei nº 14.133/21:

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Oferecer suporte gratuito por doze meses;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, número de série, procedência e prazo de garantia ou validade.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e/ou inglês e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**PARÁGRAFO NONO:** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Fornecer equipamentos novos, de primeiro uso, e que estejam na linha de produção atual do fabricante.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Não são permitidos equipamentos que estejam em fase de protótipo ou reprodução, nem equipamentos confeccionados especificamente para esta licitação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Considerar como de sua responsabilidade todas as despesas, como frete, seguro e outras, inerentes ao deslocamento dos equipamentos até o endereço de entrega.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** Responsabilizar-se pelo fornecimento, assistência técnica e substituição dos equipamentos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** Assumir todos os ônus decorrentes da execução da garantia e assistência técnica e responsabilizar-se pela perfeita execução de todas as obrigações delas decorrentes.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Responder pelos danos causados diretamente a Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na execução do fornecimento, da garantia e da assistência técnica.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** Colocar à disposição da Administração todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos equipamentos fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** Assumir o ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos e contribuições sociais federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste certame.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Responder pelos encargos trabalhistas, fiscais, comerciais e previdenciários resultantes da execução do contrato, não transferindo à Administração, em caso de inadimplência, com referência a esses encargos, a responsabilidade por seu pagamento, nem podendo onerar o objeto.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO:** Informar imediatamente à Administração as alterações de dados do fornecedor, como, por exemplo, endereços, telefones, nome de representantes, que possam influenciar na comunicação da Administração com o fornecedor.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO:** Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO:** Apresentar a Declaração de ME/EPP.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO:** Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.

- PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO:** Apresentar a Declaração de Menor.
- PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO:** Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO:** Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO:** Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO:** Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Sem prejuízo das sanções cominadas no Art. 115 da Lei nº 14.133/21, o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Se a adjudicatária recusar-se a dar ciência na Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço e/ou Nota de Empenho injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou em contrato (Art. 162).

**PARÁGRAFO QUARTO:** A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores Estadual, sem prejuízo das multas previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

- PARÁGRAFO QUINTO:** É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
- I- reparação integral do dano causado à Administração Pública;
  - II- pagamento da multa;
  - III- transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
  - IV- cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
  - V- análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do **caput** do art. 155 desta Lei exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

**PARÁGRAFO OITAVO:** De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

**PARÁGRAFO NONO:** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei n.º 14.133/21 as seguintes sanções:

- I- advertência;
- II- multa;
- III- impedimento de licitar e contratar;
- IV- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** Na aplicação das sanções serão considerados:

- I- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II- as peculiaridades do caso concreto;
- III- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV- os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- V- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da CONTRATADA, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
01	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, sem comunicação prévia à Contratante, a entrega do objeto, por cada solicitação (NE);	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
02	Cobrança por objeto não entregues;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
03	Cobrança de valores em desacordo com o contrato;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
04	Deixar de comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
05	Cobrança por serviços não prestados e tarifas diferentes da contratada;	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
06	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

07	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária, por ocorrência;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
08	Deixar de cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
09	Deixar de indicar e/ou manter durante a execução do Contrato o Preposto previsto no Termo de Referência/Contrato;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
10	Deixar de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;	01	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
11	Deixar de indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
12	Deixar de efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
13	Deixar de substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do Contrato
14	Deixar de responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do Contrato

(\*) Sobre o Valor Proporcional à Obrigação Inadimplida.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO:** As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO:** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO:** Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO:** As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO:** A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO:** Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Secretaria de Estado de Finanças, conforme os termos do art. Art. 117, § 1º a 4º, da Lei nº 14.133/21, designará 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º desta Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O fiscal se responsabilizará entre outras atribuições:

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Conferência e avaliação dos materiais.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Pelo recebimento das Notas Fiscais/Faturas, como também, realizar a devida conferência, para verificar se está em conformidade com as especificações.

**PARÁGRAFO QUINTO:** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Os materiais não aceitos pela FISCALIZAÇÃO deverão ser refeitos pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE, quando for constatado o emprego de material inadequado ou execução imprópria do serviço à vista das respectivas especificações contida neste instrumento e outras documentações.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caso a Contratada, quando acionada pela fiscalização, não cumprir suas determinações serão aplicadas as sanções previstas no Contrato e na legislação vigente.

**PARÁGRAFO OITAVO:** O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da CONTRATADA.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E VIGÊNCIA

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A formalização da contratação se dará por meio de Contrato Administrativo, conforme art. 117 da Lei 14.133/21.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No instrumento contratual, ficará estabelecido as cláusulas, condições e responsabilidades entre as partes acerca da execução do objeto, definindo como sucederá o fornecimento do objeto, estabelecendo as conformidades pelo presente instrumento, com a proposta da empresa, sob o crivo da Procuradoria Geral do Estado – PGE-RO.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A recusa injustificada do contratado em receber o documento de contratação, ou aceitar/retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Toda e qualquer modificação, redução ou acréscimo nas disposições do Contrato será formalizada através de Termo Aditivo.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A Administração convocará regularmente a contratada para assinar o termo de contrato ou dar o recebimento na nota de empenho quando convocada a fazê-lo, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da convocação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e/ou edital, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas nesta Lei.

**PARÁGRAFO SEXTO:** A vigência da contratação será de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma do art. 106 da Lei n.º 14.133/2021.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Durante a vigência contratual os preços serão fixos e irrevogáveis, havendo prorrogação contratual, será permitido reajuste de preços da proposta pela Contratada, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados, cabendo análise e posterior aprovação da SEFIN.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO REAJUSTE, RESCISÃO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO DO CONTRATO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os preços serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, observado as disposições do Decreto n.º 28.874/2024.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O reajuste contratual observará as disposições constantes no art. 152 e 155, do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se o direito à prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o Art. 125. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REPACTUAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para repactuação de preços, deverá ser observado o interregno mínimo de um (01) ano das datas dos orçamentos aos quais a proposta se referir.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O interregno mínimo de um (01) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

I- da data limite, constante do ato convocatório, para apresentação da proposta ou do orçamento a que estas se referirem, em relação aos custos com a execução do serviço decorrente do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, devendo seguir os termos estabelecidos no Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado.

**PARÁGRAFO QUINTO:** O prazo para resposta ao pedido de repactuação, será de até 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da solicitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Incumbirá à CONTRATANTE, através da Procuradoria Geral do Estado, providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial do Estado de Rondônia.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** É de responsabilidade da Contratante a publicação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO, FRAUDE, CORRUPÇÃO E CASOS OMISSOS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As questões suscitadas que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Porto Velho/RO, com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, I, 'd', da Constituição Federal.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira, devendo permitir que a entidade competente do Governo de Rondônia inspecione suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos ao contrato. Para isso, a Contratada deverá:

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Manter todos os documentos e registros referentes ao Contrato por um período de três (3) anos após a conclusão dos fornecimentos contemplados no respectivo contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Entregar todo documento necessário para a investigação de alegações de fraude ou corrupção e colocar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do Contrato à disposição para responder a indagações provenientes do pessoal ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado para a revisão ou auditoria dos documentos. Caso a Contratada não cumpra a exigência ou de qualquer maneira crie obstáculos para a revisão do assunto por parte do Órgão Competente, a contratante, inteiramente a sua discrição, poderá tomar medidas apropriadas contra ela.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um funcionário da Contratada, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas, a Administração poderá declarar a contratada e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas inelegíveis, temporária ou permanentemente, para participar de futuras licitações ou contratos.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Fica estabelecido, caso venha ocorrer algum fato não previsto neste Termo de Referência e seus anexos, os chamados casos omissos, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, e, paralelamente, quando for o caso, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos estabelecidos na legislação civil brasileira e as disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As disposições finais incluem a obrigação da Contratada de garantir a confidencialidade das informações tratadas no software e de seguir as diretrizes de segurança da informação da Administração.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

Porto Velho/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Titular da Contratante)

\_\_\_\_\_  
(Titular da Contratada)

## ANEXO II

## MODELO DE DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal o (a) Senhor (a) \_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, DECLARA, para os devidos fins, em atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Cidade de Origem, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal)  
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

## ANEXO III

## MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA E FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

A empresa \_\_\_\_\_, CNPJ/MF nº \_\_\_\_\_, por seu Representante Legal Abaixo Assinado, declara sob as penas da Lei, que até a presente data não existe fato superveniente impeditivo de sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Cidade de Origem, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal)

## ANEXO IV

## MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, sediada no \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_, firmado abaixo, declara sob as penas da lei que está ciente e concorda com as condições contidas no Termo de Referência e seus anexos, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação; bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Termo de Referência.

Cidade de Origem, \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura do Representante Legal)



Documento assinado eletronicamente por **Ernani Marques de Almeida, Gerente**, em 19/05/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO SALVATIERRA DA SILVA OLIVEIRA, Assessor(a)**, em 20/05/2025, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Chefe de Unidade**, em 20/05/2025, às 09:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franco Maegaki Ono, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 20/05/2025, às 12:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056548296** e o código CRC **DDFAB445**.







GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN  
**SAMS**  
**SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAL E SERVIÇOS**

Órgão Requisitante: Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia - SEFIN/RO			
Exposição do motivo: Contratação de empresa para aquisição de seis licenças perpétuas do software de análise de dados i2 Analyst's Notebook e treinamento online para seis se Núcleo de Inteligência Fiscal, proporcionando maior eficácia e transparência na			
M	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Licenças perpétuas do software de análise de dados i2 Analyst's Notebook	UNIDADE	06
2	Treinamento online para 6 (seis) servidores, com no mínimo de 30 horas.	UNIDADE	01
Carimbo do CNPJ/CPF-ME:		Local:	Responsável pela cotação da Emp
		Data:	Fone:
		Banco:	Assinatura:
		Agência:	E-mail:
		C/C:	



Documento assinado eletronicamente por **Lidiane Alexandra Grano, Chefe de Unidade**, em 25/07/2024, às 10:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria da Conceicao Lopes do Amaral, Subgerente**, em 26/07/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franco Maegaki Ono, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 02/08/2024, às 14:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050490213** e o código CRC **C2DFC9C6**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0030.003806/2024-88

SEI nº 0050490213

Criado por 00941374203, versão 6 por 93020678234 em 25/07/2024 10:55:22.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
LOTE ÚNICO														
1	Licenças perpétuas do software de análise de dados i2 Analyst's Notebook	UNIDADE	6	R\$ 79.980,00	R\$ 74.000,00	NC	R\$ 80.008,42	R\$ 74.000,00	R\$ 77.996,14	R\$ 79.980,00	3.460,79	4,44%	MÉDIO	R\$ 467.976,84
2	Treinamento online para 6 (seis) servidores, com no mínimo de 30 horas.	UNIDADE	1	R\$ 39.900,00	R\$ 35.500,00	R\$ 49.500,00	R\$ 43.963,69	R\$ 35.500,00	R\$ 42.215,92	R\$ 41.931,85	5.960,41	14,12%	MÉDIO	R\$ 42.215,92
VALOR DO LOTE ÚNICO														R\$ 510.192,76
VALOR TOTAL														R\$ 510.192,76

VALOR DO LOTE ÚNICO	R\$ 510.192,76
---------------------	----------------

LEGENDA:

NC = Não encontrado

NOTA EXPLICATIVA:

IDENTIFICAÇÃO DAS COTAÇÕES	EMP1	BANCO DE PREÇOS
	EMP2	BANCO DE PREÇOS
	EMP3	BANCO DE PREÇOS
	EMP4	CONTRATO Nº 93/2024 -MPMT - ATUALIZADO VIA IPCA

1) As descrições foram reduzidas neste quadro comparativo, porém se encontra completas no termo de referência (0056548296).



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN  
**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

(com Base na Lei n.º 14.133/2021, Decreto n.º 28.874/2024 e IN n.º 58/2022-SEGES)

**Objeto:** Fornecimento de 6 (seis) licenças perpétuas da ferramenta **IBM I2 ANALYTIC'S NOTEBOOK**, com atualização, manutenção, suporte e treinamento.

**INFORMAÇÕES BÁSICAS E DESIGNAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO**

- 0.1. Nº do Processo: 0030.003806/2024-88
- 0.2. Equipe responsável pela elaboração do presente ETP:
- 0.3. Eliane Canamary Barbosa Lagos - Matrícula \*\*\*\*\*758;
- 0.4. Marcos Emanuel Araújo Pires - Matrícula \*\*\*\*\*785
- 0.5. Conforme Portaria nº 401 de 10 de maio de 2024 ([0048779793](#)).
- 0.6. Núcleo de Inteligência Fiscal da Coordenadoria da Receita Estadual.

**1. INTRODUÇÃO**

Consoante a Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual define em seu artigo 6º, inciso XX, a figura do Estudo Técnico Preliminar, percebe-se que este documento em tela destaca-se como ferramenta hábil para materializar a viabilidade das compras no âmbito da Administração Pública direta e/ou indireta. Nesse sentido, assim pontua-se o dispositivo supracitado:

(...)

Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação; (...)

1.1. Nesse diapasão, em obediência aos princípios elencados no artigo 5º da Lei Federal n.º 14.133/2021, com ênfase ao princípio do planejamento, o Estudo Técnico Preliminar evidencia-se como mecanismo eficiente uma vez que contém motivação das necessidades, demonstrando os quantitativos, levantamento de mercado, análise de riscos, entre outros parâmetros cabíveis para cada objeto a ser alvo de compras públicas.

**2. DIRETRIZES QUE NORTEARÃO ESTE ESTUDO TÉCNICO**

3.1. O sistema a ser contratado está alinhado com as competências do Núcleo de Inteligência Fiscal, definidas no Decreto 25.424, de 24 de setembro de 2020.

**3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O Núcleo de Inteligência Fiscal tem como competência definida no Decreto 25.424/2020, dentre outras, o combate à fraude fiscal estruturada, com foco na sonegação de ICMS.

3.2. Nos últimos três anos, temos conduzido diversas operações em parceria com o Ministério Público e a Polícia Civil. Um exemplo notável foi a Operação Longo, que foi desencadeada em setembro de 2023 e investigou um grupo que sonegava o ICMS nas operações com café em grão, produto de extrema relevância para a economia rondoniense.

3.3. Desde o início até a conclusão de uma operação de combate à fraude, o processo de investigação e análise requer uma atenção meticulosa por parte dos analistas envolvidos, assim como uma organização eficiente das atividades e das conclusões sobre as empresas e indivíduos relacionados.

3.4. É crucial reconhecer que o cenário em que atuamos é complexo e em constante evolução. Nesse contexto, a adoção de ferramentas especializadas torna-se imprescindível para fortalecer nossa capacidade de análise e investigação. É aqui que o software i2 Analyst's Notebook se destaca.

3.5. Portanto, a aquisição da licença perpétua software i2 Analyst's Notebook é justificada não apenas pela sua capacidade técnica, mas também pela sua relevância estratégica para o fortalecimento de nossas operações. Esta ferramenta certamente contribuirá para uma abordagem mais eficaz e proativa em nossas atividades de inteligência fiscal.

3.6. Tal aquisição irá integrar soluções para a equipe do Núcleo de Inteligência Fiscal da Secretaria Estadual de Finanças;

3.7. Este software é reconhecido por sua habilidade em lidar com grandes volumes de dados de maneira eficiente e por sua capacidade de visualização avançada, o que facilita a identificação de padrões e conexões que poderiam passar despercebidos de outra forma. Além disso, sua capacidade de integração com diversas fontes de dados, combinada com recursos de análise preditiva e modelagem de cenários, o torna uma ferramenta inestimável para nossos esforços de combate à fraude fiscal;

3.8. O quantitativo necessário está previsto no item 9 deste ETP;

3.9. A aquisição do sistema proporcionará mais efetividade na elaboração de vínculos referente a investigações de fraudes fiscais estruturadas, resultando, consequentemente, em mais precisão e controle dos casos.

3.10. A visualização gráfica de vínculos (teias) contribuirá para a identificação e definição de funções e tarefas dentro de cada personagem envolvido na fraude investigada, o que possibilitará uma maior compreensão da dimensão e natureza dos fatos analisados.

**4. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL**

4.1. O Plano de Contratações Anual (PCA) da SEFIN contempla como parte do planejamento tal aquisição, tendo em vista sua aprovação sem ressalvas, pelo Conselho na 32ª Reunião de Conselho Administrativo do **FUNDAT** conforme despacho id:0047864620

4.2. O objetivo fundamental da contratação das licenças perpétuas da ferramenta **IBM I2 ANALYTIC'S NOTEBOOK**, com atualização, manutenção, suporte e treinamento é assegurar a agilidade e confiabilidade dos dados capturados dos alvos investigados.

4.3. Este software é reconhecido por sua habilidade em lidar com grandes volumes de dados de maneira eficiente e por sua capacidade de visualização avançada, o que facilita a identificação de padrões e conexões que poderiam passar despercebidos de outra forma. Além disso, sua capacidade de integração

com diversas fontes de dados, combinada com recursos de análise preditiva e modelagem de cenários, o torna uma ferramenta inestimável para nossos esforços de combate à fraude fiscal.

4.4. Sendo assim, tal aquisição tem alinhamento com o planejamento organizacional do PCA desta Secretaria Estadual de Finanças.

#### 5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. O Analyst's Notebook é voltado essencialmente à descoberta de padrões ocultos em processos complexos envolvendo lavagem de ativos, notadamente transferências de valores entre pessoas físicas e/ou jurídicas de interesse, as quais muitas vezes empregam interpostas pessoas com o intuito de afastarem os recursos de sua origem ilícita. Nesse contexto, não se revela viável o emprego de métodos convencionais de simples pesquisas textuais ou por parâmetros lógicos para se desenhar uma intrincada rede de relacionamentos de modo a permitir que os líderes de organizações criminosas sejam identificados, seus patrimônios revelados e suas operações individualizadas e quantificadas por período e/ou valor;

5.2. Tal solução deverá garantir trabalhos de análise que requeiram elevada capacidade de processamento e exame de vínculos;

5.3. A ferramenta de análise de vínculos deverá ser consolidada e amplamente utilizada pelas forças policiais, órgãos de controle e de inteligência.

5.4. Deverá ser oferecida manutenção e suporte técnico pelo prazo de 12 (doze) meses, com atualização, a contar do efetivo recebimento do produto;

5.5. O serviço de suporte técnico deverá ser disponibilizado via telefone ou e-mail, pelo período contratado;

5.6. O software deverá possuir a capacidade de ser desinstalado e instalado novamente na mesma máquina ou em outra máquina, de acordo com a necessidade do gestor do proprietário do produto;

5.7. Auxiliar nos processos de análise e investigação, demonstrando os resultados dos relacionamentos de forma visual, utilizando certa inteligência artificial na filtragem dos resultados;

5.8. Cruzar informações provenientes de diversas fontes, entre elas do Microsoft Excel, informações de interceptação telefônica, bases de dados externas, outros;

5.9. Identificar os fatores relevantes de um evento, avaliando as suas causas, respectivos efeitos e compreendendo os relacionamentos entre eles;

5.10. Permitir às equipes de auditoria obter uma visão e compreensão imediata de casos e situações complexas ou com grandes volumes de informação;

5.11. Demonstrar os relacionamentos entre os agentes identificados de forma visual, através de diagramas;

5.12. Assim, a aquisição resultará não apenas na fidedignidade do resultado a ser obtido, mas sobretudo irá proporcionar agregação de valor às análises realizados no âmbito do NIF/CRE;

5.13. Não é objeto desta contratação o desenvolvimento de software, mas simplesmente a disponibilização de novas versões atualizadas da aplicação, portanto, não é necessário projeto de implementação;

5.14. Serão admitidas a seguinte forma de entrega do software: Download pela internet, preferencialmente pelo site do fabricante do software;

5.15. A prova de titularidade, contendo prazo de vigência de manutenção, a ser emitida pela IBM deverá estar associada ao número do Site vinculado às 6 (seis) licenças perpétuas adquiridas pela SEFIN;

5.16. No que couber, o serviço de instalação e/ou suporte técnico deverá ser prestado por profissionais especializados, devidamente capacitados;

5.17. Somente serão aceitas licenças na versão mais atualizada e em idioma Português do Brasil (Pt-BR); caso o software requerido não possua ainda versão em Português (Pt-BR), serão aceitas versões em Inglês;

5.18. Não será aceita a entrega do software em mídia física, bem como a sua documentação, as quais deverão ser disponibilizadas por link administrado pelo fabricante da ferramenta;

5.19. Não. A ferramenta terá licença de uso perpétuo, porém, a depender da necessidade, deverá ser atualizada conforme demanda do Núcleo de Inteligência Fiscal.

5.20. A ferramenta deverá ter suporte e atualização por 12 (doze) meses, juntamente com o treinamento dos servidores que a utilizarão, a contar do seu efetivo recebimento.

5.21. Vale lembrar que em uma eficaz aquisição, consiste em compra e entrega do produto ou serviço, no caso específico da plataforma, se não houver a rotação da Licença após instalação/configuração, não havendo impedimentos por parte da contratante na questão de pagamentos, equipamento e internet a empresa fornecedora ficará responsável pela configuração e ajustes até a rotação eficiente nos computadores. Se necessário treinamentos para baixar e configurar a Licença, conforme mencionado no Objeto e itens 8 e 9 deste ETP

#### 6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. A Secretaria de Finanças do Estado de Rondônia- Sefin RO - tem como objetivo garantir a geração de receita para o desenvolvimento socioeconômico do estado de Rondônia e a implementação de políticas públicas. Uma de suas vertentes consiste no trabalho realizado nos postos fiscais que implementam uma fiscalização abrangente para evitar a entrada ou saída de mercadorias em operações irregulares, garantindo que todas as cargas estejam devidamente documentadas, conforme exigido pela legislação tributária, contribuindo para a redução da sonegação fiscal e principalmente o aumento da arrecadação de receitas tributárias e o Núcleo de Inteligência Fiscal tem como competência definida no Decreto 25.424/2020, dentre outras, o combate à fraude fiscal estruturada, com foco na sonegação de ICMS.

##### 6.2. Utilização da funcionalidade J2 no Sistema Atlas.

6.3. O Sistema ATLAS reúne bases de dados provenientes de outros órgãos, a exemplo de dados de convênios, execução orçamentária, Banco de Preços em saúde, ComprasNet (SIASG), cadastro de pessoas físicas e jurídicas, apenas para citar algumas. Visando propiciar melhorias na visualização de vínculos entre entidades, foi acrescido ao ATLAS uma funcionalidade denominada de J2. Essa ferramenta permite associar por meio de buscas por CPF e/ou CNPJ, vínculos entre entidades que sejam objeto de investigações.

6.4. Com base em análises existentes em fontes abertas, a exemplo de Estudo Técnico Preliminar realizado pela Polícia Federal para o mesmo tipo de contratação (Processo nº 08201.000701/2020-46), esse sistema não permite o tratamento de uma grande massa de dados proveniente de registros bancários - transações financeiras - e os fluxos/diagramas passíveis de serem elaborados não limitados, de tal sorte que as pesquisas realizadas são comumente exportadas para o Analytic's Notebook.

6.5. Ademais, as bases que integram o ATLAS são atualizadas em um periodicidade incompatível com a dinâmica dos fatos em um contexto de investigação de fraude fiscal estruturada, pois recai não apenas sobre fatos pretéritos, mas sobretudo sobre ações correntes;

6.6. Considerando tais fatos, o Sistema ATLAS torna-se inviável para este Núcleo de Inteligência;

6.7. Quanto a **IBM I2 Analyst's Notebook** - Essa solução visa adquirir, para os servidores do Núcleo de Inteligência Fiscal que atuam no combate a fraudes fiscais estruturadas, uma solução computacional que permita elevada quantidade de registros a serem processados, transformando-os em informações úteis à elaboração de relatórios e análises fiscais.

6.8. Nas pesquisas de mercado não identificou-se outras ferramentas com as mesmas características e qualidades. Em vista disso, apenas as duas mereceram ser mencionadas.

6.9. Abaixo um comparativo detalhado sobre algumas tecnologias e suas aplicações:

6.10. **LINKURIOUS ENTERPRISE** é uma empresa especializada em soluções de visualização e análise de dados em grafo, com foco em auxiliar organizações a explorar e compreender conexões complexas em seus dados. Seu principal produto, o Linkurious Enterprise, permite que usuários de negócios e técnicos naveguem e analisem grandes volumes de dados conectados de forma intuitiva.

**Mercado e Posicionamento: Foco em Análise de Grafos** A Linkurious se destaca no mercado de análise de dados por sua expertise em tecnologia de grafos. Essa tecnologia é particularmente útil para identificar padrões ocultos, detectar fraudes, investigar crimes financeiros e analisar

redes complexas. Embora seja uma organização que atende clientes em todo o mundo, incluindo instituições governamentais e privadas, no Brasil as informações de uso por empresas públicas e privadas, são restritas devido as questões de confiabilidade, dificultando uma análise

comparativa, porém existe informações sobre investigações jornalísticas a respeito da aplicabilidade.

**Investigações Jornalísticas:** A plataforma Linkurious foi utilizada no projeto CruzaGrafos, uma iniciativa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji). O CruzaGrafos utiliza análise de grafos para explorar dados de interesse público no Brasil, como dados eleitorais e da Receita

Federal. Isso demonstra o uso da plataforma em investigações jornalísticas no país. O uso da ferramenta em grandes investigações, como os "Pandora Papers", demonstra a eficácia da ferramenta no contexto de investigar dados de figuras públicas. Nesses casos, a ferramenta é utilizada por

consórcios de jornalistas investigativos, que trabalham em conjunto com órgãos governamentais.

**Combate à Corrupção e Crimes Financeiros:** Embora não haja informações públicas detalhadas, é provável que agências governamentais brasileiras responsáveis pelo combate à corrupção e crimes financeiros utilizem a plataforma para analisar dados complexos e identificar padrões

suspeitos. Empresas de consultoria que atuam no Brasil, como a Deloitte, que é parceira da Linkurious, podem utilizar a plataforma em projetos para clientes do setor público e privado.

6.11. **A PALANTIR GOTHAM** é uma plataforma de análise de dados desenvolvida pela Palantir Technologies, uma empresa de software conhecida por suas soluções para análise de grandes volumes de dados. A plataforma é projetada para ajudar organizações a integrar, visualizar e analisar dados

complexos de diversas fontes, permitindo a identificação de padrões, tendências e conexões que podem não ser aparentes em análises tradicionais.

**Integração de Dados:** A Gotham pode integrar dados de uma ampla variedade de fontes, incluindo bancos de dados, planilhas, arquivos de texto e até mesmo dados não estruturados, como e-mails e documento

**Visualização de Dados:** A plataforma oferece ferramentas avançadas de visualização que permitem aos usuários explorar dados de forma interativa, criando gráficos, mapas e outros tipos de visualizações para identificar padrões e conexões.

**Análise de Redes:** A Gotham é particularmente eficaz na análise de redes complexas, permitindo a identificação de relacionamentos entre entidades, como pessoas, organizações e eventos.

**Deteção de Padrões:** A plataforma utiliza algoritmos avançados para detectar padrões e anomalias nos dados, auxiliando na identificação de atividades suspeitas ou fraudulentas.

**Segurança e Inteligência:** A Gotham é amplamente utilizada por agências de inteligência e forças de segurança para análise de dados relacionados a atividades criminosas, terrorismo e outras ameaças à segurança.

**Complexidade:** A Gotham é uma plataforma complexa que requer treinamento especializado para ser utilizada de forma eficaz.

**Combate à Fraude:** Instituições financeiras e outras organizações utilizam a plataforma para detectar fraudes e atividades suspeitas em transações financeiras.

6.12. **O MALTEGO** é uma ferramenta poderosa de análise de links e mineração de dados, amplamente utilizada em investigações de segurança cibernética, análise forense, inteligência e investigações online. Ele permite que os usuários visualizem e analisem conexões complexas entre diferentes tipos de dados, como pessoas, organizações, sites, domínios.

**Mercado e Posicionamento- Foco em Análise de Links:** O Maltego se destaca no mercado por sua capacidade de mapear e visualizar relacionamentos entre entidades de dados. Isso o torna uma ferramenta essencial para investigações que exigem a identificação de conexões ocultas.

**Setores de Atuação - Segurança Cibernética:** Profissionais de segurança cibernética usam o Maltego para investigar incidentes de segurança, identificar ameaças e analisar infraestruturas de rede.

**Investigação Forense:** Investigadores forenses utilizam o Maltego para coletar e analisar evidências digitais, rastreando atividades online e identificando conexões entre suspeitos.

**Inteligência:** Agências de inteligência e analistas de inteligência usam o Maltego para coletar e analisar informações de fontes abertas (OSINT), identificando padrões e tendências.

**Aplicação da Lei:** As forças da lei utilizam o Maltego em investigações criminais, rastreando atividades online, identificando suspeitos e mapeando redes criminosas.

**Análise de Risco:** Empresas usam o Maltego para avaliar riscos, identificar fraudes e analisar a reputação online de clientes e parceiros.

**Visualização de Dados Intuitiva:** O Maltego oferece uma interface gráfica intuitiva que facilita a visualização e análise de dados complexos.

**Transformações Flexíveis:** O Maltego utiliza "transformações" para coletar e analisar dados de diversas fontes, permitindo a integração de informações de diferentes bancos de dados e APIs.

**Comunidade Ativa:** O Maltego possui uma comunidade ativa de usuários e desenvolvedores, que compartilham transformações, scripts e dicas.

**Versatilidade:** A ferramenta é muito versátil, podendo ser utilizada em diversas investigações.

**Integração com OSINT:** O Maltego se integra bem com fontes de informação aberta.

**Tendências do Mercado:** Crescimento da OSINT: A coleta e análise de informações de fontes abertas (OSINT) estão se tornando cada vez mais importantes em investigações de segurança cibernética, inteligência e aplicação da lei.

**Inteligência Artificial e Machine Learning:** A integração de IA e machine learning com ferramentas de análise de links está permitindo a automação de tarefas e a identificação de padrões mais complexos.

**Análise de Dados em Tempo Real:** A demanda por análise de dados em tempo real está aumentando, permitindo a detecção de ameaças e atividades suspeitas em tempo real.

**Considerações Importantes- Privacidade:** O uso do Maltego levanta questões importantes sobre privacidade, especialmente quando se trata de coleta e análise de dados pessoais.

**Ética:** É importante utilizar o Maltego de forma ética e legal, respeitando as leis de privacidade e proteção de dados.

**Complexidade:** O Maltego é uma ferramenta poderosa, mas pode ser complexa para usuários iniciantes.

6.13. **O SAS VISUAL Investigator** é uma plataforma de software da SAS Institute projetada para auxiliar organizações na detecção, investigação e prevenção de fraudes e crimes financeiros. Ele oferece um conjunto abrangente de recursos para análise de dados, visualização e gerenciamento de

casos, permitindo que os usuários identifiquem padrões suspeitos, rastreiem atividades ilícitas e tomem medidas para mitigar riscos. Ele permite a análise de grandes volumes de dados de diversas fontes, incluindo transações financeiras, registros de clientes e dados de redes sociais.

**Visualização de Dados:** A plataforma oferece ferramentas de visualização interativas que permitem aos usuários explorar dados de forma intuitiva, criando gráficos, mapas e outros tipos de visualizações para identificar conexões e padrões. Ele permite a visualização de redes complexas de relacionamentos entre entidades, como pessoas, organizações e transações.

**Gerenciamento de Casos:** O SAS Visual Investigator fornece ferramentas para gerenciamento de casos, permitindo que os usuários rastreiem investigações, documentem evidências e colaborem com outros membros da equipe.

Ele oferece recursos para criação de fluxos de trabalho personalizados e gerenciamento de alertas.

**Detecção de Fraudes e Crimes Financeiros:** A plataforma é projetada especificamente para auxiliar na detecção e investigação de fraudes, como lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e fraudes de seguros.

Ele oferece recursos para monitoramento de transações, análise de riscos e detecção de atividades suspeitas.

#### QUADRO COMPARATIVO DAS PLATAFORMAS

PLATAFORMA	VANTAGENS	DESVANTAGENS	VIABILIDADE
<b>PALANTIR GOTHAM</b>	Extremamente poderosa para análise de grandes volumes de dados complexos. Excelente para análise de redes e identificação de padrões ocultos Amplamente utilizada em segurança, inteligência e combate à fraude Alta capacidade de integração de dados de diversas fontes.	Plataforma muito complexa, requer treinamento especializado, <b>custos elevados de aquisição e implementação</b> . Preocupações com privacidade e ética devido ao uso de dados pessoais Focada em grandes volumes de dados, pode ser muito para necessidades menores.	Ideal para investigadores, segurança e profissionais que precisam analisar grandes volumes de dados.
<b>MALTEGO</b>	Ferramenta versátil para análise de links e mineração de dados. Excelente para investigações de segurança cibernética, forense e OSINT. Interface gráfica intuitiva e fácil de usar. Comunidade ativa e grande variedade de transformações.	Pode ser limitado para análise de grandes volumes de dados. Foco principal em <b>análise de links</b> , pode não ser ideal para outras necessidades. Problemas de privacidade, se utilizado sem ética.	Ideal para investigadores, segurança e profissionais que precisam analisar grandes volumes de dados,
<b>LINKURIOUS ENTERPRISE</b>	Focada em visualização e análise de grafos de dados. Interface intuitiva para usuários de negócios e técnicos. Permite identificar padrões ocultos e conexões complexas. Boa integração com bancos de dados de grafos como o Neo4j.	Pode ser menos abrangente que o Palantir Gotham em termos de funcionalidades. Possui mais <b>foco em grafos</b> , e menos em outros tipos de dados.	Pode ser menos abrangente que o Palantir Gotham em termos de funcionalidades. Possui mais foco em grafos e menos em outros tipos de dados.
<b>SENTINEL VISUALIZER</b>	Ferramenta de análise de links com foco em segurança e inteligência. Permite visualizar e analisar relacionamentos complexos entre entidades. Oferece recursos de análise temporal e espacial. Ferramenta com bom suporte.	Pode ser menos flexível que o Maltego em termos de transformações. <b>Menos conhecida</b> que as outras plataformas. Interface menos moderna.	Ideal para agências de segurança e inteligência que precisam analisar relacionamentos complexos e atividades ameaças.
<b>SAS VISUAL INVESTIGATOR</b>	Plataforma abrangente para detecção e investigação de fraudes e crimes financeiros. Recursos avançados de análise de dados e modelagem preditiva. Integração com outras soluções SAS para análise de dados.	Pode ser <b>complexo de implementar</b> e usar. Custo elevado.	Utilizado principalmente por instituições financeiras e agências governamentais para combater fraudes e crimes financeiros.
<b>IBM i2 ANALYST'S NOTEBOOK</b>	Ferramenta clássica e amplamente utilizada para análise de links e investigação de dados. Capacidade de criar gráficos de relacionamento complexos. Recursos de análise temporal para rastrear eventos ao longo do tempo.	Interface menos moderna em comparação com algumas outras plataformas. Pode ser <b>limitado para análise de grandes volumes</b> de dados.	Utilizado em investigações de aplicação da lei e análise de dados.

6.14. **Conclusão para Melhor Aquisição:**

6.15. Para análise de dados extremamente complexos e grandes volumes de dados, o **Palantir Gotham** é a opção mais poderosa, mas também a mais cara, com treinamento complexo e oneroso.

6.16. Para investigações online e análise de links, o **Maltego** é uma excelente escolha.

6.17. Para análise de dados em grafo e visualização de conexões, o **Linkurious Enterprise** é uma opção eficaz.

6.18. Para investigações de inteligência e aplicação da lei, o **Sentinel Visualizer** e o **IBM i2 Analyst's Notebook** são opções sólidas.

6.19. Para detecção e investigação de fraudes e crimes financeiros, o **SAS Visual Investigator** é uma plataforma robusta.

6.20. Vale ressaltar que dentre as plataformas acima elencadas, a única que se tem registro de uso pela segurança pública é a **IBM i2 Analyst's Notebook**, no qual já é utilizada há um bom tempo, facilitando assim a aplicabilidade, troca de informações de conhecimento e garantia de um serviço prestado, sendo neste a plataforma mais viável para aquisição.

#### 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Com base nos requisitos descritos neste documento, verificou-se que a melhor solução em tecnologia seria a aquisição de licenças perpétua da solução IBM Analyst's Notebook, com atualização, suporte e manutenção



- 7.2. As principais características da ferramenta solicitada neste Termo de Referência está a Análise de Vínculos (AV), que visa estabelecer conexões entre registros com o propósito de desenvolver modelos baseados em padrões de relações. É mais aplicada nas investigações de comportamento humano, especialmente na área de investigação, quando determinadas "pistas" são ligadas entre si para solucionar crimes (HARRISON apud GONÇALVES, 1999, p. 22).
- 7.3. A ferramenta solicitada tem características bastante específicas, onde sua principal característica está baseada na técnica da Análise de Vínculos, que possibilita ao analista a visualização de diferentes elementos funcionais e estruturais da investigação correspondente. De maneira sintética, a técnica engloba a captura, armazenamento e diagramação de informações pertinentes aos chamados "alvos monitorados", emprestando um valor agregado ao trabalho investigativo que está fora do alcance prático da cognição humana normal. Ela permite a visualização gráfica de relações entre pessoas, objetos, empresas, dados fiscais, bancários e registros/dados de qualquer ação que revele padrões de ação e de comportamento, o que de outra forma permaneceria oculto em meio a um grande volume de dados e/ou informações desconectadas (Jr Ferro Celso e Dantas, George Felipe, 2007).
- 7.4. O i2 Analyst's Notebook, em suma, ajuda as organizações a:
- 7.5. Reunir rapidamente dados de origens diferentes num único quadro de informações coeso;
- 7.6. Identificar pessoas, eventos, relações e padrões essenciais que, de outra forma, poderia não ser possível identificar;
- 7.7. Aumentar a compreensão da estrutura, hierarquia e método de operação de redes criminosas, terroristas e fraudulentas;
- 7.8. Simplificar a comunicação de dados complexos de forma a permitir uma tomada de decisões operacionais oportuna e precisa;
- 7.9. Tirar partido da rápida implementação que proporciona aumentos de produtividade rapidamente utilizando uma solução de análise visual bem estabelecida;
- 7.10. Assim, a aquisição resultará não apenas na fidedignidade do resultado a ser obtido, mas sobretudo irá proporcionar agregação de valor às análises realizados no âmbito do NIF/CRE;
- 7.11. A instalação deverá ser realizada com o suporte da empresa por meio de download de arquivo ou outro meio digital, e instalada nos terminais a serem definidos pelo Núcleo de Inteligência Fiscal.
- 7.12. A entrega deverá realizada para o Núcleo de Inteligência Fiscal, localizado no Centro Integrado de Atendimento ao Contribuinte - CIAC (Rua Tiradentes, 3361, Bairro Industrial, Porto Velho/RO), até 30 dias após a assinatura do contrato no horário entre às 7h30 e 11h30.
8. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS
- 8.1. Deverão ser fornecidas 6 (seis) licenças perpétua i2 Analyst's Notebook, treinamento e configuração, tendo em vista a quantidade de servidores lotados no Núcleo de Inteligência Fiscal.

PLANILHA DE ESTIMATIVA DE LICENÇAS DE SOFTWARE				
ITEM	SETOR REQUISITANTE	CATMAT/CATSER	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
01	Núcleo de Inteligência Fiscal	27472	Licença perpétua i2 Analyst's Notebook	06
02	Núcleo de Inteligência Fiscal	3840	Treinamento e configuração online para 6 (seis) servidores, com no mínimo de 30 horas.	01

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 9.1. De acordo com a Ata de Registro de Preços nº 126/2023 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, com validade até **21/12/2024**, o valor unitário da licença do sistema I2 Analyst's Notebook é de R\$ 75.816,00 (setenta e cinco mil, oitocentos e dezesseis reais). Dessa forma, o custo total das seis licenças equivaleriam estimativamente o valor total de R\$ 454.896,00 (quatrocentos e cinquenta e quatro mil, oitocentos e noventa e seis reais). Ainda, consta na mesma ata que um treinamento de 30 horas, para 20 alunos, tem um custo de R\$ 41.660,00 (quarenta e um mil, seiscentos e sessenta reais).
- 9.2. Foi realizado levantamento de mercado o qual se colecionou 3 (três) propostas, conforme anexo id:([0049153243](#)).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Licença perpétua i2 Analyst's Notebook.	06	R\$ 75.816,00	R\$ 454.896,00
02	Treinamento e configuração online para 6 (seis) servidores, com no mínimo de 30 horas.	01	R\$ 41.660,00	R\$ 41.660,00

10. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO
- 10.1. As licenças devem ser agrupadas em chave única, **NÃO** sendo possível o parcelamento do objeto, pois a prova de titularidade deverá ser emitida pela IBM para o número do Site IBM que identifica a Secretaria de Estado de Finanças do Estado de Rondônia como titular de licenças perpétuas.
- 10.2. Ainda, o presente objeto não poderá ser parcelado, uma vez que todos os produtos e serviços a serem prestados são componentes de uma única solução de TI, a qual não pode ser desmembrada sem que haja perda de produtividade e economia de escala, já que a especificidade do objeto demanda um tratamento que inviabiliza a realização de etapas por diferentes licitantes, por serem interdependentes para o adequado funcionamento.
11. JUSTIFICATIVA PARA A EXCLUSÃO DE PARTICIPAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS NA LICITAÇÃO
- 11.1. A aquisição de uma licença perpétua do IBM I2 Analytic's Notebook envolve uma série de considerações que vão além da simples capacidade financeira. A ferramenta em questão é um software sofisticado, projetado para análise de dados complexos e tomada de decisões estratégicas em ambientes corporativos. Devido complexidade de sua natureza, algumas justificativas para a exclusão da participação de pessoas físicas serão apresentadas:
- 11.2. Capacidade Técnica e Suporte:
- 11.2.1. Complexidade da Ferramenta: O IBM I2 Analytic's Notebook exige um alto nível de conhecimento técnico para instalação, configuração, utilização e manutenção. Pessoas físicas, por não possuírem a mesma estrutura e recursos de empresas, podem não ter a expertise necessária para garantir a implementação e o uso adequado da ferramenta;
- 11.2.2. Suporte Técnico: Empresas como a IBM oferecem suporte técnico especializado para seus produtos, incluindo treinamentos e resolução de problemas. Esses serviços são geralmente contratados de forma corporativa, o que dificulta o acesso individual por pessoas físicas.
- 11.3. Responsabilidade Fiscal e Contábil:
- 11.3.1. Custos de Implementação: A aquisição de uma licença perpétua, além do custo inicial, pode envolver gastos adicionais com hardware, software complementar, treinamento e consultoria. Pessoas físicas podem enfrentar dificuldades em arcar com esses custos e garantir a sustentabilidade do investimento a longo prazo;
- 11.3.2. Obrigações Fiscais: A aquisição de um software como o IBM I2 Analytic's Notebook pode ter implicações fiscais complexas, como a necessidade de emissão de notas fiscais eletrônicas e a contabilização dos custos. Empresas possuem departamentos especializados para lidar com essas questões, enquanto pessoas físicas podem não ter o conhecimento necessário.
- 11.4. Garantia de Continuidade e Segurança:
- 11.4.1. Manutenção e Atualizações: Softwares como o IBM I2 Analytic's Notebook exigem atualizações periódicas para corrigir bugs, adicionar novas funcionalidades e garantir a compatibilidade com outros sistemas. Empresas possuem processos e recursos para gerenciar essas atividades de forma contínua, enquanto pessoas físicas podem enfrentar dificuldades em manter o software atualizado.

b) Segurança da Informação: A utilização de ferramentas de análise de dados envolve o tratamento de informações confidenciais. Empresas possuem políticas e medidas de segurança robustas para proteger esses dados, enquanto pessoas físicas podem não ter os mesmos mecanismos de proteção;

c) Escopo de Utilização: O IBM I2 Analytic's Notebook é uma ferramenta projetada para atender às necessidades de grandes empresas, que possuem grandes volumes de dados e exigem análises complexas. O escopo de utilização da ferramenta por uma pessoa física pode ser limitado, não justificando o investimento.

11.5. Considerando a complexidade técnica do software IBM I2 Analytic's Notebook, a necessidade de suporte técnico especializado, os custos envolvidos na aquisição e manutenção, as implicações fiscais e contábeis, a garantia de continuidade e segurança da informação, bem como a natureza corporativa da ferramenta, a presente licitação restringe a participação a pessoas jurídicas. Essa decisão visa garantir a adequada utilização do software e a obtenção dos melhores resultados para a administração pública.

11.6. Dado o alto valor da contratação, salvo o melhor juízo, o tipo de comercialização, poderá ser realizada por pessoa jurídica.

## 12. RESULTADOS PRETENDIDOS

12.1. Tal solução permitirá garantir que trabalhos de análise que requeiram elevada capacidade de processamento e exame de vínculos/operações entre entidades não sejam prejudicados em razão do uso de soluções obsoletas e incapazes de realizar confrontos entre as diversas fontes de dados estruturados e não estruturados, a exemplo de cadastros de pessoas jurídicas e pessoas físicas, informações provenientes das bases de notas fiscais eletrônicas etc.

12.2. Assim, a aquisição resultará não apenas na fidedignidade do resultado a ser obtido, mas sobretudo irá proporcionar agregação de valor às análises realizados no âmbito do NIF/CRE.

12.3. A aquisição do sistema proporcionará mais efetividade na elaboração de vínculos referente a investigações de fraudes fiscais estruturadas, resultando, consequentemente, em mais precisão e controle dos casos.

12.4. A visualização gráfica de vínculos (teias) contribuirá para a identificação e definição de funções e tarefas dentro de cada personagem envolvido na fraude investigada, o que possibilitará uma maior compreensão da dimensão e natureza dos fatos analisados.

## 13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

13.1. Não há contrato vigente para esse objeto, sendo essa a primeira contratação desta natureza. Não se vislumbra a necessidade de adoção de providências prévias.

13.2. Não foi identificada a necessidade de contratação, substituição ou atualização de estrutura física e tecnológica para o funcionamento da ferramenta.

## 14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

14.1. Considerando a natureza da contratação não se vislumbra outras soluções correlatas para atendimento da demanda;

14.2. A depender das atualizações lançadas pela fabricante e da necessidade de novas funcionalidades ou correções identificadas pelo Núcleo de Inteligência, poderá haver contratação específica para atualização.

## 15. RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS MEDIDAS MITIGADORAS

15.1. Não se vislumbra quaisquer impactos ambientais e, por consequência, a contratação não demanda medidas de tratamento.

15.2. Por ser tratar de licenças perpétua i2 Analyst's, a contratação não gera impactos ambientais vislumbrando neste ETP.

## 16. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO E ANÁLISE DE RISCO

16.1. O gerenciamento de riscos permite ações contínuas de planejamento, organização e controle dos recursos relacionados aos riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da execução do objeto e da gestão contratual.

16.2. Desse modo, ao realizar a análise de risco foi diagnosticado alguns pontos forte, sendo eles:

16.3. A não contratação ou seu insucesso poderá ocasionar redução da arrecadação do Estado, dificultando o objetivo principal desta Secretaria, uma vez que a contratação visa proporcionar mais efetividade na elaboração de vínculos referente a investigações de fraudes fiscais estruturadas, resultando, consequentemente, em mais precisão e controle dos casos.

16.4. O risco de contratação de Empresa com pessoal sem especialização é iminente, sendo necessário que o presente processo seja minuciosamente instruído para que a empresa contratada não deixe de apresentar licenças e qualificações para a execução da licença.

RISCO 01:	Licitação Deserta ou Fracassada
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média (X) Alta
Dano:	Impossibilidade contínua na boa execução dos serviços realizados no Núcleo de inteligência. Aumento de fraude no Estado, dificultando o objetivo principal desta Secretaria, que é a arrecadação de tributos
Ação Preventiva:	Responsável(is)
Alinhar com a área responsável para a elaboração de especificações técnicas viáveis e passíveis de contratação.	Núcleo Demandante e núcleo centralizadores
Ação de Contingência:	Responsável(is)
Reestruturar um novo processo para repetição do certame, verificando e agilizando os ajustes necessários, para que o mesmo seja realizado o mais breve possível e sem fracasso ou deserção do Certame.	Núcleo Demandante

RISCO 02:	Ausência de recursos orçamentários ou financeiro
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média (X) Alta
Dano:	Impossibilidade da continuidade na boa execução dos serviços realizados no Núcleo de inteligência. Aumento de fraude no Estado, dificultando o objetivo principal desta Secretaria, que é a arrecadação de tributos
Ação Preventiva:	Responsável(is)
Alinhar estrategicamente as área responsável prévia consulta ao valor disponível para a aquisição da Licença perpétua	Núcleo Demandante e núcleo centralizadores
Ação de Contingência:	Responsável(is)

Alinhar com o setor responsável para alinhamento para próxima aprovação e liberação do recurso o mais rápido possível, já que o recurso disponibilizado será de fonte do FUNDAT	Núcleo Demandante
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------

<b>RISCO 03:</b>	<b>Empresa entregar somente Licença perpétua, sem treinamento</b>
<b>Probabilidade:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Dano:</b>	A Contratação ainda será eficaz, contudo o uso da ferramenta ficará comprometida no curto prazo.
<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável(is)</b> Núcleo de Compras
Enfatizar no <b>TR e Edital e contrato</b> que a aquisição <b>DEVERÁ</b> ser entregue os dois itens, (aquisição da Licença perpétua e treinamento), <b>NÃO</b> podemos ser aceito <b>PARCELAMENTO</b> da contratação, haja vista que um item depende do outro para a rotação da Licença.	Núcleo de Compras e Execução Contratual
<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Acionar a empresa o mais rápido possível, não havendo entrega, agir de forma dentro das cláusulas contratuais no que tange as sanções ou multas, como segundo plano busca de cursos gratuitos online em outras plataformas com parceiros da SEFIN-RO, que já utilizam a ferramenta.	Núcleo de Compras e Execução Contratual

<b>RISCO 04:</b>	<b>A Licença perpétua não Rodar nos computadores</b>
<b>Probabilidade:</b>	<b>(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta</b>
<b>Impacto:</b>	<b>( ) Baixa ( ) Média (X) Alta</b>
<b>Dano:</b>	Com a falta de acesso a plataforma não será possível avançar nas investigações contra fraudes dificultando o avanço e aumentando as ações ilícitas que a SEFIN tanto combate.
<b>Ação Preventiva:</b>	<b>Responsável(is)</b> Núcleo de Compras
Comparar configurações dos computadores e propostas para saber se os fornecedores informam alguma especificação para a rotação Licença perpétua.	Núcleo Demandante
<b>Ação de Contingência:</b>	<b>Responsável(is)</b>
Caso após a análise da <b>ação preventiva</b> e mesmo assim a Licença perpétua não rodar, entrar em contato com a empresa fornecedora para ajustes, configurações e resoluções, no último caso, compra de novos equipamentos com as especificações necessárias.	Núcleo Demandante

17. **POSICIONAMENTO CONCLUSIVO**
- 17.1. Após minuciosa análise das informações contidas, esta equipe de planejamento declara VIÁVEL a contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

Cidade, data e hora do sistema.

Elaboração:  
**FABIANA GRACINDA DE MORAES ALVES**  
Assessora de Planejamento e Controle  
SEFIN/CRE/APC

Revisão:  
**JOSÉ LUIS HORN**  
Chefe do Núcleo de Inteligência Fiscal

Validação:  
**ANTONIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO**  
Coordenador Geral da Receita Estadual  
SEFIN/RO

Aprovação do Ordenador de Despesas:  
**FRANCO MAEGAKI ONO**  
Secretário Adjunto de Estado de Finanças  
SEFIN/RO



Documento assinado eletronicamente por **Fabiana Gracinda de Moraes Alvez, Assessor(a)**, em 16/04/2025, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CARLOS ALENCAR DO NASCIMENTO, Coordenador(a)**, em 29/04/2025, às 11:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jose Luis Horn, Chefe de Núcleo**, em 09/05/2025, às 13:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Franco Maegaki Ono, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 09/05/2025, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058925207** e o código CRC **97D5F522**.

Referência: Caso responda este(a) Estudo Técnico Preliminar, indicar expressamente o Processo nº 0030.003806/2024-88

SEI nº 0058925207

Criado por 74111167268, versão 16 por 74111167268 em 07/04/2025 08:43:19.